

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IARA CUPSINSKI DE SOUZA

**ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E ARGENTINA
COM PERSPECTIVAS PARA O MERCOSUL: NOVAS PAUTAS NA AGENDA
EXTERNA DO BLOCO (2003-2014)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Santana do Livramento
2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados
fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C974a Cupsinski de Souza, Iara

Análise da política externa brasileira e
Argentina com perspectivas para o MERCOSUL
(2003-2014): novas pautas dentro do bloco /
Iara Cupsinski de Souza.

83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, 2016.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Política Externa. 2. MERCOSUL. 3.
Brasil. 4. Argentina. 5. perspectivas. I.
Título.

CDD:327.00

IARA CUPSINSKI DE SOUZA

Análise da política externa brasileira e Argentina com perspectivas para o MERCOSUL: novas pautas na agenda externa do bloco (2003-2014)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Professor Dr. Rafael Balardim

Santana do Livramento

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora

Prof.º Dr. Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof.ª Dr.ª Nathaly Xavier Schütz
(UNIPAMPA)

Prof.º Dr. Rafael Vitória Schmidt
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Quero dedicar esse trabalho aos meus pais Marli e Valmir, pela força e apoio que me deram ao longo dessa trajetória acadêmica, aos meus avôs Olivia e Lucas Cupsinski, ao meu orientador Rafael Balardim pela ajuda em desenvolver esse trabalho e pelas noites que passou em claro corrigindo. Sou grata a todos os meus amigos de Livramento da escola até a faculdade, a Jaquelini, Ingritt, Dener, Sacha, Débora, Alessandra, Mari Sandra e aos demais. Aos amigos que fiz ao longo dessa graduação de fora da cidade, Agnes, Aruanã, Mauricio, Rosalda, Diego, Leticia, Bruno que vou levar para a vida toda.

Por fim, quero agradecer ao corpo docente do curso de Relações Internacionais que dedicam-se em fazer um trabalho de construção e aprendizagem. Sou grata à instituição UNIPAMPA, pela oportunidade de cursar e conquistar meus objetivos e pela dedicação dada aos alunos. Desta forma agradeço a todos em geral que de algum modo se propuseram em auxiliar nesse trabalho de conclusão, muito obrigada por tudo.

RESUMO

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é uma conquista democrática dos países da região, no qual envolveram Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Embora inicialmente com propósitos comerciais por parte da Argentina e estratégico pelo Brasil, o bloco também se caracteriza como área de expressiva mobilidade laboral, seja ela intra ou inter-regional. O bloco proporcionou aos países sul americano uma cooperação e um desenvolvimento econômico, dando também uma autonomia com relação aos Estados Unidos. Os partidos de esquerda ganharam espaço durante 2003 até 2015, isso facilitou as negociações entre brasileiros e argentinos, acabando por levar novas pautas na agenda externa do bloco como saúde, educação, dimensão social e projetos de infraestrutura. Entre os principais projetos destacamos a IIRSA, o FOCEM, UNILA e alguns outros avanços nos acordos bilaterais. Todas essas ações deram origem a novas discussões, no período de Lula e Néstor notamos uma diplomacia de fortalecimento da região, por Dilma e Cristina denotamos políticas de seguimento com uma cooperação multilateral mais abrangente por parte de Dilma. Lula e Néstor tiveram impasses sobre suas políticas para fortalecimento dos Estados para o MERCOSUL, porém, houve criação de novas temáticas do bloco. No ano de 2003, buscava-se consolidação jurídica e institucional, fortalecimentos das relações intrazonais e ampliação do bloco para a América Latina. Com Dilma e Cristina as perspectivas estão conectadas para o fortalecimento da América do Sul, criação de novas instituições, introdução de novos membros e redução das assimetrias.

Palavras Chave: MERCOSUL; política externa; Brasil; Argentina; perspectivas

ABSTRACT

El Mercado Común del Sur (MERCOSUR) es un logro democrático de los países de la región, que involucró a Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay. Aunque en un principio con fines comerciales por Argentina y estratégico para Brasil, el bloque también se caracteriza por ser un área de la movilidad laboral significativa, ya sea intra o inter-regional. El módulo previsto para la cooperación los países de América del Sur y el desarrollo económico, que también da una autonomía de los Estados Unidos. Los partidos de izquierda ganaron terreno durante 2003-2015 que facilitó las negociaciones entre Brasil y Argentina, llevando eventualmente nuevas directrices de la agenda externa del bloque como proyectos de infraestructura de salud, educación, y la dimensión social. Entre los principales proyectos que destacamos la IIRSA, FOCEM, UNILA y algunos otros avances en los acuerdos bilaterales. Todas estas acciones han dado lugar a nuevas discusiones en el período de Lula y Néstor nos dimos cuenta de un fortalecimiento de la diplomacia en la región, por Dilma y Cristina denotar siguientes políticas con una cooperación multilateral más amplio por Dilma. Lula y Néstor tenían puntos muertos en sus políticas para el fortalecimiento de los Estados para el MERCOSUR, sin embargo, no fue la creación del nuevo bloque temático. En 2003, se buscó la consolidación legal e institucional, de las relaciones intrazonais y expansión para América Latina. Con perspectivas Rousseff y Cristina están conectados al fortalecimiento de América del Sur, la creación de nuevas instituciones, la introducción de nuevos miembros y la reducción de las asimetrías.

KEY-WORDS: MERCOSUR; política exterior; Brasil; Argentina; perspectivas

ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI –	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC –	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALCA –	Área de Livre Comércio das Américas
ARCU-SUL –	Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL
BC –	Banco Central
BID –	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC –	Brasil, Rússia, Índia, China
CASA –	Comunidade Sul-Americana de Nações
CELAC –	Comunidade dos Estados Latino Americano e Caribe
CEPAL –	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMC –	Conselho do MERCOSUL
CSN –	Comunidade Sul-Americana de Nações
UE –	União Europeia
FOCEM –	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
GATT –	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GMC –	Grupo Mercado Comum
MeI –	Microempreendedor Individual
MICBA –	Mecanismo de Integração e Cooperação Bilateral entre Brasil e Argentina
MinC –	Ministério da Cultura
NAFTA –	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
IBAS –	Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA –	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPPDH –	Instituição de Políticas Públicas em Direitos Humanos
OMP –	Operação de Manutenção da Paz
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONU –	Organização das Nações Unidas
PJ –	Partido Justicialista
PIB –	Produto Interno Bruto
PT –	Partido dos Trabalhadores
RAADH –	Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Conciliações do MERCOSUL e Estados Associados

RECAM – Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAM – Secretaria Administrativa do MERCOSUL

SEM – Setor Educacional do MERCOSUL

SIMERCOSUL – Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL

TEC – Tarifa Externa Comum

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	INTEGRAÇÃO REGIONAL	14
2.1	TEORIAS INTEGRACIONISTAS	17
2.2	O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.....	24
2.2.1	O CASO DO MERCOSUL	25
3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E ARGENTINA (2003-2014).....	33
3.1	POLÍTICA EXTERNA DE LULA (2003- 2010)	35
3.2	POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSEFF (2010-2014)	48
3.3	POLÍTICA EXTERNA DE NÉSTOR KIRCHNER (2003-2007).....	43
3.4	POLITICA EXTERNA DE CRISTINA KIRCHNER (2007-2014)	39
4	PERSPECTIVAS BRASILEIRA E ARGENTINA PARA O MERCOSUL (2003-2014).....	52
4.1	AS POLÍTICAS DE LULA E NÉSTOR PARA O BLOCO (2003-2007)	53
4.2	AS POLÍTICAS DE LULA E CRISTINA KIRCHNER PARA O BLOCO (2008- 2010).....	60
4.3	AS POLÍTICAS DE DILMA ROUSSEFF E CRISTINA KIRCHNER PARA O BLOCO (2010-2014).....	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
6	REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, a política externa foi um misto de resgate e renovação de fatores decisivos, com o fim da Guerra fria e o sistema bipolar, começou a diversificação de parceiros estratégicos e uma reformulação do que deveria ser a tomada de decisão do Estado (MILANI, 2012). Autores como Snyder, Bruck e Sapin (1954), Margaret e Herold Sprout (1956) e Rosenau (1967), que relutaram para encaixar as pautas domésticas na política externa, com destaque no processo decisório, Os analistas buscaram estudar o comportamento estatal no âmbito internacional, resgatando o papel do indivíduo e das instituições no processo de formulação da análise de política externa, reafirmando o papel dos agentes no poder estatal, fazendo com que políticas públicas adentrassem nas pautas de política externa.

Segundo Putman, os líderes políticos têm duas táticas na tomada de decisões, uma em âmbito externo outra no âmbito interno. De um lado os diplomatas e assessores internacionais, do outro os líderes nacionais (partidos, parlamento, porta-vozes e os assessores) (PUTNAM, 2008). O Brasil encaixa-se nessa análise, pois partimos da opinião pública para novos temas na agenda do país, isso se mostrou mais diatômico no governo Lula. Para Cervo (2008), a diplomacia deve partir de uma perspectiva interna, para decisão nacional, regional ou universal. Dathein (2012) marca duas tendências para a política externa, a primeira esta ligada a centralização política e social que o Brasil impôs para seus vizinhos, antes do governo Lula, e a segunda esta relacionada à secularização da “idade de ouro” no país (DATHEIN, 2012). Devemos analisar que as tendências citadas por Dathein foram consideradas antes da nova ordem no sistema internacional, pois logo após o fim do sistema bipolar o ambiente internacional acaba modificando-se, isso porque as pautas emergiram juntamente com a globalização. Esses temas foram precisos para tentar entender o reflexo da política externa e a nova reconfiguração no conceito de integração regional.

Pautas domésticas dentro da política externa propostos por Snyder, Bruck e Sapin foram decisivas para novos temas dentro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no qual envolveram Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Quando Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) assume a presidência no Brasil, assim como Néstor Kirchner na Argentina, os objetivos principais do MERCOSUL acabam mudando o rumo das discussões e delimitações, que vinham sendo feitas até então. Isso fez com que os governos de esquerda buscassem agora uma cooperação mútua entre os países, melhora na infraestrutura dos Estados e certa autonomia econômica com relação aos Estados Unidos.

Considerando os atributos citados acima, o objetivo geral desse trabalho é analisar os aspectos da política externa do Brasil e da Argentina com relação ao MERCOSUL, comparando a agenda externa dos governos formulada para o bloco (2003-2014), tendo três objetivos específicos. O primeiro seria caracterizar as propostas dos governos de Lula e Dilma no Brasil e de Néstor e Cristina Kirchner na Argentina para seus respectivos países. O segundo é evidenciar as principais mudanças internas e externas que pudessem afetar o bloco durante o período de 2003 a 2014 e por último analisar se ocorreram alterações na agenda externa do bloco durante o período solicitado.

Contudo, a pergunta que pondera esse trabalho será: quais as principais causas da política externa do Brasil e da Argentina para o MERCOSUL, durante o período solicitado que vai de 2003 a 2014? Tendo como hipóteses que essas mudanças somente aconteceram por conta da retomada no processo de integração regional adotada por Lula e Néstor e de seguimento com Dilma e Cristina, criando novas pautas no MERCOSUL durante o período de 2003 a 2014.

O interesse em constituir esse trabalho justifica-se pelo fato de discutir a política externa do Brasil e da Argentina com relação ao MERCOSUL, levando em conta os 25 anos de parceria dentro do bloco, a importância da economia, a parceria histórica, a crise de 2008, a cooperação Sul-Sul e a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). O período determinado de 2003 até 2014 foi selecionado pelo fato de ocorrer uma maior cooperação na relação entre o Brasil e Argentina.

O presente trabalho irá utilizar para resolução do problema de pesquisa, o método dedutivo. Para fins de análise dos quatro mandatos, será usado o método comparativo. Também utilizaremos o método histórico e uma revisão temporal, pela circunstância de analisarmos as políticas externas e internas entre Brasil e Argentina. Contudo, a pesquisa será feita transversalmente de um caráter teórico, utilizando-se do conceito de integração regional, para fins explicativos emprega-se algumas definições das Relações Internacionais. Continuando, será feito um levantamento de dados usando fontes primárias e secundárias, de fontes documentais – como livros, textos, revistas e documentos oficiais (discursos presidenciais, Constituição Brasileira, etc.).

Finalmente, o trabalho será composto por três capítulos subdivididos em tópicos, além da introdução e das considerações. No primeiro capítulo trataremos do conceito de regionalismo, como ele serve de preceito para explicar a integração regional, bem como seu desenvolvimento na Europa e logo depois na América Latina, desde a criação do MERCOSUL, além disso, trataremos das teorias integracionistas e um último subcapítulo,

como a integração atingiu a criação do MERCOSUL. O segundo relaciona as propostas internas e externas de cada governo para seus respectivos países, primeiramente com Lula e Néstor, depois com Dilma e Cristina no período de 2003 a 2014. Por último, as perspectivas dos dois países e dos seus respectivos governantes para o MERCOSUL (2003 a 2014), levando em conta as novas pautas adquiridas durante cada mandato.

2 INTEGRAÇÃO REGIONAL

Para entender como funciona o processo de integração regional é preciso primeiramente compreender o conceito de regionalismo, por conta da interligação que existe entre os conceitos. Sendo assim, o regionalismo é a ideia de região, na qual um número limite de Estados está conectado geograficamente e com um grau de interdependência. Podendo também ser entendida, como um ator supranacional no Sistema Internacional ou como uma construção regional com sua própria prática (SERRANO, 2008). Para Moreira (2010), o regionalismo “é definido como o processo de formação de uma área integrada, por meio do estabelecimento de normas comuns e da extinção ou adoção de tarifas preferenciais entre os países signatários” (MOREIRA, 2010, p. 220).

Para as autoras Herz e Hoffmann (2004) é “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais” (HERZ; HOFFMANN, 2014, p. 168). Sobretudo, para Moreira (2010) a integração regional “consiste em um conjunto de medidas de caráter econômico que tem por objetivo promover a aproximação e a união entre as economias de dois ou mais países” (MOREIRA, 2010, p. 235). Porém, a integração está inserida dentro do regionalismo, que fortalece o ator dentro do cenário internacional, inclusive para atuar em intercâmbios comerciais e cooperação na temática sociopolítica e econômica (SERRANO, 2008).

Contudo, verificamos que existem dois tipos de acordos para construção de uma área integracionista. O primeiro diz respeito ao grau mais profundo do sistema integrado, que trata da livre circulação de pessoas e harmonização das políticas macroeconômicas, como o mercado comum. Por outro lado existe uma integração “superficial”, com objetivos do livre comércio, integrando somente a livre circulação de mercadorias e de capital (MOREIRA, 2010).

Na Europa, a integração foi o grande modelo do processo regional para outras regiões, principalmente na América Latina. Seu início deu-se após a Segunda Guerra Mundial, transformando o cenário interno e externo europeu no século XX. Entretanto, os principais tratados sobre a temática integracionista na Europa foram inspirados em ideias “protecionistas tradicionais”, sendo também adaptados em uma aplicação regional, tendo como princípio o estabelecimento econômico, que prepararia para o desafio de disputa com os Estados Unidos e o confronto com a ameaça soviética (PRADO, 1997). Em um primeiro momento, podemos

observar que os principais acordos europeus foram considerados “superficiais”, por conta de abranger somente as mercadorias e o capital.

Apesar dos países sul americanos, juntamente com a CEPAL, tentarem implementar o modelo de substituição de importação, o período de 1950 não foi favorável para tal mudança, pelo fato dos países terem suas economias assentadas principalmente na exportação de produtos de baixo valor agregado, tendo como principal crítica de que as instituições não tinham suportes para suprir o restante das economias, o que difere-se da integração ocorrida na Europa.

Apesar de, inicialmente, os países da América do Sul criticarem a atuação da CEPAL, a ideia foi abordada com êxito no mercado regional, o processo de integração teve início no período do pós- Segunda Guerra Mundial, levando a CEPAL a orientar os Estados Americanos a desenvolver e fortalecer o comércio entre eles, isso fez com que em 1960 fosse assinado o Tratado de Montevideú, criando a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC). Contudo, com relação ao fracasso das propostas da ALALC, a CEPAL destaca:

Dentre as causas que explicam o fracasso dos esquemas ALALC/ALADI, podemos destacar, inicialmente, as dificuldades em se distribuir os benefícios e custos da integração em um grupo de países com diferentes graus de desenvolvimento industrial e que demandam a difícil tarefa da administração de conflitos entre os estados nacionais. Tais dificuldades estavam previstas no documento de 59, através do chamado "princípio da reciprocidade". Tal princípio, conforme destacado anteriormente, buscava assegurar a todos os países participantes do mercado comum os benefícios na medida das concessões. Tratasse de um processo de difícil coordenação e que envolve não apenas questões econômicas, mas também políticas, principalmente quando não existe uma clara definição das estratégias de desenvolvimento a serem seguidas, ou quando tais estratégias criam uma elite (CEPAL, 2014, p.109).

Sendo que a mesma não teve o resultado esperado, foi substituída em 1980 pela Associação Latino-americana de Integração Econômica (ALADI), abrindo caminho para acordos sub-regionais, “buscando maior dinamismo e flexibilidade” (MOREIRA; QUINTEIROS; SILVA, 2010, p.315). As dificuldades do processo de integração na América Latina, assim como os impasses para aplicação da ALADI, envolvem três aspectos. O primeiro refere-se à estrutura básica dos países latinos, ou seja, as desigualdades econômicas, bem como as deficiências na comunicação por falta de um órgão que pudesse facilitar os acordos, um dos grandes problemas que envolveram a ALADI, o segundo aspecto diz respeito à institucionalização dos regimes políticos, a dificuldades aumentaram principalmente pelo

surgimento das ditaduras burocráticas- autoritárias no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, envolvendo também disputas territoriais, principalmente por parte do Brasil e Argentina, dificultando os acordos. O terceiro e último seria um problema na operação funcional do processo de integração, isso devido às mudanças repentinas de governo, afetando a política econômica dos países, que atingia diretamente os objetivos da integração regional (GIACALONE, 2012).

Por conta das dificuldades da ALADI, em 1980 a ideia cepalina de integração passou por uma revisão e apurou-se que precisaria de um novo modelo, o que buscava-se agora não era mais a aplicação do modelo de substituição de importação, mas uma mistura de experiências dos mercados baseado na visibilidade internacional e uma preparação rápida para superar a crise econômica (MOREIRA; QUINTEIROS; SILVA, 2010).

Em 1990, uma nova fase foi necessária no processo integracionista, à busca pela inserção internacional dos países latinos, faz com que a CEPAL assumisse um plano já mencionado nos documentos em 1959. O plano foi coordenado por Gert Rosenthal que utilizou o conceito de regionalismo aberto em 1994 (BRAGA, 2010), definido como:

[...] fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos (CEPAL, 2014, p.105).

Para Veiga e Ríos (2007), o regionalismo aberto deve ser entendido como um espaço para articular as políticas comerciais e negociações no âmbito inter-regional. A ideia de regionalismo reforça não somente a economia como um todo, mas também a integração cultural. Conforme Bernal Meza (2008), o regionalismo é a transição das economias homogêneas e desenvolvimentos parecidos, que aproxima os países através de uma integração gradual socioeconômicas.

O regionalismo seria uma busca estratégica na economia, partindo do processo de integração, tal como já havia tentado antes. A CEPAL posiciona novamente o modelo no contexto econômico para elaborar um melhor posicionamento no cenário internacional. Para isso, buscava-se um comércio livre nas rodas de negociações do Acordo Geral de Tarifas e

Comércio (GATT)/ Organizações Mundial do Comércio (OMC), e União Europeia para fortalecer o protecionismo no bloco (BRAGA, 2010).

Os acordos que dizem respeito à integração e a liberalização econômica acabaram mudando de direção, isso fica claro com exemplos de acordos bilaterais negociados dentro da ALADI. Nos anos 90, os acordos tornaram-se mais abrangentes e ambiciosos, denominando-se como a “terceira geração” dos acordos já firmados pela ALADI. Por outro lado, a “dimensão sub-regional ganhou relevância como eixo de desenvolvimento de acordos de integração explicitamente voltados para a geração de formas mais profundas de integração, como as uniões aduaneiras e os mercados comuns” (VEIGA; RIOS, 2007, p.9). Os anos 90 serviram para a América do Sul como uma porta que acabou resultando na criação do MERCOSUL, além de caracterizar uma agenda externa de negociações comerciais diversificadas.

A criação do MERCOSUL (1991) teve como pano de fundo o Pós-Guerra Fria, isso fez com que as políticas neoliberais atrelassem na agenda externa do governo Collor e Menem, reestruturando um novo estágio do regionalismo, fazendo-se aumentar os acordos comerciais bilaterais e regionais (FIGUEIRAS, 2003). No âmbito do MERCOSUL observamos uma integração regional que trata de um lado modificar o “viés neoliberal” e comercial, introduzindo certas políticas de redistribuição ou favorecimento nos moldes da integração produtiva (RUIZ, 2007).

2.1 TEORIAS INTEGRACIONISTAS

As teorias que explicam a integração regional foram implicadas durante o período do entre guerras, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Porém, somente foram associadas ao nascimento da integração europeia, isso dificultou sistematicamente o surgimento dentro da América do Sul (SERRANO, 2008).

Segundo Malamud (2003) duas são as teorias que podem contribuir na integração mercosulina: o neofuncionalismo de Haas e intergovernamentalismo de Malamud. Os neofuncionalistas surgiram por conta do fracasso dos funcionalistas, que tinha como base a obra de David Mitrany e tendo como principais características o compartilhamento de soberania, discussão no nível técnico no que diz respeito à cooperação funcional e a transferência de lealdade. Com relação à integração, os Estados deveriam englobar a soberania das instituições supranacionais em assuntos específicos para que pudessem chegar ao resultado positivo, não dependendo somente dos interesses do centro político, como

também das elites e a sociedade civil (MALAMUD, 2003). “O funcionalismo destaca ainda, que os Estados nacionais isolados não conseguem mais atender à demanda interna tampouco a externa, o que em um processo de integração poderiam alcançar” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 61). Os neofuncionalistas criticam o funcionalismo pelo não consenso dos países na tomada de decisões com relação à integração, entretanto, os neofuncionalistas não destacam a mudança do viés que a teoria funcional sofreu ao decorrer do tempo, fazendo com que a participação estatal fossem reduzidas e a ascensão de novos atores fossem mais presentes.

Foi assim que a teoria neofuncionalista destacou-se durante os anos 50 e 60. Para os teóricos dessa corrente, a participação estatal não deve ser descartada, entretanto apontam que o Estado tem uma participação mínima no processo regional, na qual a sociedade civil e agências supranacionais (como a Comissão Europeia, na União Europeia) tem o papel decisivo na integração e elevam o nível de cooperação. A principal preocupação está “voltada para a acomodação dos interesses presentes nas sociedades envolvidas” (MARIANO; MARIANO, 2002, p. 65), explicando um envolvimento mais intensivo dos Estados no processo de integração regional. Segundo Gilpin (2001), a teoria neofuncionalista destaca para os grupos nacionais e partidos políticos, que promovem seus próprios interesses influenciando na integração. Ainda segundo o autor na teoria funcionalista, os líderes nacionais são os que criam as instituições internacionais, na neofuncionalista os grupos domésticos e partidos políticos são as principais motivações para tentar explicar a integração.

Malamud (2000) se contrapõem a Gilpin, pois para o autor, os grupos de atores sociais deveriam participar da integração regional para que possa ter um processo bem sucedido, facilitando a “propagação e a manutenção”. Fazendo com que as ações desses atores proporcionem um maior interesse estatal. Malamud (2003) explica que os interesses devem surgir e continuar existindo para que possa sustentar a integração regional, sem esses interesses em torno da integração, pode ocorrer o risco do processo parar. Para Mariano e Mariano (2002), a atuação dos partidos políticos e dos grupos sociais é uma consequência estatal do fruto da integração, pelo fato do crescimento do processo integracionista e sua institucionalização. O que faltou na descrição dos autores é a influência dos Estados no processo decisórios dos grupos sociais.

A ideia central da teoria neofuncionalista parte do conceito de spillover¹, para Hass (1967) é a ideia de uma expansão dos setores através da integração, além disso, spillover seria

¹ “O termo não possui uma tradução teórica precisa, possuindo um significado próximo de derramamento, transbordamento” (HASS, 1967 apud PRADO, 2013, p.28).

a expansão de setores, na qual ocorre uma demanda institucional rumo ao processo de integração. Para Gilpin (2001), é uma teoria das vantagens competitivas econômicas de um âmbito integrado para outro, levando a uma cooperação política. Vigevani (2000) enfatiza que os governos são os maiores apoiadores da continuidade dos ganhos para fragmentar os beneficiados, na defesa dos próprios interesses, por conta disso que os países apoiam o spillover. Apesar dos aspectos comuns entre os autores, para Gilpin a teoria é uma cooperação movida pela político-econômica, já para Vigevani, os Estados são movidos pelos seus interesses fragmentando seus benefícios.

O intergovernamentalismo é a segunda corrente a tentar explicar o processo de integração mercosulina, seu principal teórico é Andrew Moravcsik com sua obra *The Choice for Europe*. Os neofuncionalistas avaliam que as instituições são o ator central que atua para que a cooperação aconteça no âmbito regional, porém para os intergovernamentalistas somente as instituições dentro de um bloco regional não comporta uma cooperação inteiramente efetuada de atores sociais. Por conta disso, a política serve como ferramenta para a cooperação e para controlar os participantes (MORAVCSIK, 1994). A teoria também se difere dos neofuncionalistas, pelo fato de defender que as instituições dependem sim da vontade e dos interesses dos Estados para que o processo de integração ocorra. (PRADO, 2013).

Segundo Gilpin (2001) a teoria é a mais relevante dentro do debate da ciência política sobre o tema de economia e integração. Segundo o mesmo, a economia serve como força impulsionadora para conduzir a integração e que cabe ao governo nacional decidir o papel das instituições regionais. Seguindo a linha de raciocínio, Lobo-Fernandes (2006) aponta que cada Estado define suas próprias pautas, isso acaba criando instituições comunitárias, porém, seu papel não deixa de ser menos importante, pois fortalece a decisão de cada ator, uma vez que o intergovernamentalismo não compactua com a supranacionalidade total dos Estados. Entretanto, apesar do intergovernamentalismo esclarecer sobre a origem da integração, pouco esclarece sobre a continuação dessa expansão (MALAMUD, 2000). Cada ator do ponto de vista intergovernamentalista tem uma motivação racional, isso acaba refletindo internamente.

Porém, não é possível afirmar de maneira completa a integração regional na América do Sul, as duas teorias expostas são as que explicam parcialmente o porquê desse processo na região do hemisfério sul, além da dificuldade de instalar instituições supranacionais e também os problemas funcionais, como é o caso do MERCOSUL.

Para Malamud (2003), o MERCOSUL desenvolve um papel ativo na condução do processo de integração regional, através dos Estados, pelos resultados positivos que

acontecem a partir das Conferências, por conta disso, a teoria intergovernamentalista surge para melhor explicar o processo de integração do MERCOSUL, principalmente pelo fato de não excluir a ação estatal, acreditam que os altos comandos de cada governo devem participar. Contudo, a principal cumplicidade do caso do MERCOSUL com o europeu esta na relação do aumento no intercâmbio comercial, isso por que a cooperação na mesma região geográfica gera uma interdependência entre o bloco, o que acaba gerando um interesse no compartilhamento de ações internas de cada governo, transferindo uma maior responsabilidade, facilitando a união para eliminar os entraves na cooperação (MALAMUD, 2000).

Os aspectos negativos da teoria intergovernamentalista sobre questões de vulnerabilidade e sensibilidade, como é o caso do MERCOSUL, ajudam a explicar a situação em que os governos subnacionais transpassam dentro do processo regional, com relação a isso Mariano e Mariano apontam:

[...] Sua ascensão como ator é um fenômeno recente e sua capacidade para lidar com as questões externas está em processo de desenvolvimento, com certo grau de vulnerabilidade face ao processo de integração regional, pois não possui capacidade decisória para influenciar e comandar este processo. Temos como exemplo: quando um governo subnacional brasileiro é afetado negativamente por uma política adotada no âmbito do MERCOSUL, ele procura o Governo Federal para obter alguma compensação ou algum remédio para administrar os efeitos desta política em sua jurisdição. Para atender a esta demanda, é preciso fomentar mecanismos decisórios que possam acatar os interesses subnacionais e que ao mesmo tempo possam influir tanto no interior do Estado nacional quanto no âmbito da integração regional (MARIANO; MARIANO, 2002, p. 66).

Mariano e Mariano (2002) também compartilham da ideia de que a teoria intergovernamentalista não é uma teoria específica do processo de integração, como foi à teoria neofuncional. O que podemos passar da teoria intergovernamentalista para o processo de integração são suas características. Diferente das teorias que são vinculadas ao idealismo-liberalismo, para os intergovernamentalistas, eles “aceitam a possibilidade de participação de outros atores no sistema internacional, considerando os governos subnacionais como um dos novos atores internacionais, o que abordaremos posteriormente” (MARIANO; MARIANO, 2002. p. 66). Apesar dos principais autores das teorias integracionistas apontarem o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo como sendo as principais corrente que explicam a integração europeia, os próprios não descartam outras teorias que possam ajudar a explicar esse processo.

Tal como é o caso do realismo, tendo como principais características a premissa de que o sistema é anárquico, sendo o Estado o seu principal e único ator, sendo assim ocorre uma busca pela hegemonia na balança de poder ocasionando em um cenário potencialmente conflituoso. Com relação ao processo de integração, a ideia central da teoria é que os Estados buscam a integração para seu ganho maior que é a garantia da segurança nacional no sistema, outro fator, é que esse processo é liderado por uma hegemonia regional, entretanto não pode-se associar o conceito de Estado nacional com o processo de integração regional. A integração só pode ser destacada como uma alternativa num “sistema mundial incerto desde que não se crie estruturas supranacionais e é entendida como uma opção temporária do Estado face às suas dificuldades de inserção internacional” (MARIANO; MARIANO, 2002, p. 50). A teoria realista abrange pouco espaço para estudar o processo de integração, por conta de destacar que o Estado como único ator soberano dentro das Relações Internacionais e não sendo possível criar novos atores no sistema internacional (MARIANO, 2002).

Para Gilpin (2001), os realistas partem do pressuposto de que para se ter um processo de integração, precisam relacionar a política e economia na entidade que deverá ser o líder estando disposto a utilizar a influência de poder e promover o processo integracionista. Como exemplo, Gilpin cita a Alemanha (União Europeia), Estados Unidos (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio- NAFTA) e o Brasil (MERCOSUL). Na teoria, os realistas procuram englobar os ganhos absolutos da economia global, maximizando seus ganhos relativos, proteger seus interesses contra ameaças externas na esfera de segurança e economia (GILPIN, 2001). O autor parte do pressuposto econômico, esquecendo-se de que o Soft Power ainda tem maior relevância na teoria realista.

A diferença entre a teoria intergovernamentalista e os realistas, está na postura otimista com relação à cooperação estatal dentro do cenário internacional, de maneira que os Estados considerem que a cooperação integrada na tentativa de aumentar seus ganhos absolutos individualmente (VIGEVANI, 2000). Outra diferença entra as teorias está no modo como utiliza-se das ferramentas que comportam o processo integrado, pelo lado intergovernamental predomina o viés político e pelo lado realista o poder e a manipulação.

Os idealistas são os primeiros a formular a teórica das relações internacionais do século XX. Sua característica principal esta na ação estatal como resultado de suas ações internas, destacando que cada grupo dentro da esfera estatal almeja pautas dentro do próprio cenário internacional. Os idealistas compartilham da ideia dos realistas que competem ao Estado o poder e o papel central dentro das Relações Internacionais, e não existe nenhum ator dentro do âmbito interno que possa afetar a decisão estatal (PRADO, 2013). “É importante

destacarmos que, nesta análise teórica, a presença de novos atores gera novos tipos de negociação, o que facilita a afirmação e a importância dos processos de integração regional, gerando o que o pensamento idealista chama de interdependência” (VIGEVANI, 2013, p.25). Ou seja, para os idealistas dependendo dos atores estatais o âmbito de cooperação muda o cenário do procedimento integrado.

A teoria da interdependência estuda as mudanças nas relações dos Estados, refugiando-se do que as outras teorias abordaram (força e poder), passando a introduzir novos temas na análise desse meio como questões sociais e econômicas. “A interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1981, p. 105). As “instituições podem facilitar a coordenação de políticas de cooperação entre os atores da política mundial, reduzindo os custos da interdependência” (NOGUEIRA; NESSARI, 2005, p. 81). “Dentro da interdependência os Estados relacionam-se de acordo com um conjunto de regras, normas e procedimentos que regulam seus comportamentos e controlam seus efeitos” (MARIANO e MARIANO, 2002, p.54). Observamos que há uma diferença na expressão dos autores, para Nogueira e Nessa as instituições são os mentores do processo ativo e bem sucedido, já para Mariano e Mariano a ideia é novamente de poder e Estado.

Os federalistas também avaliam a integração, tal como, por meio das instituições que englobam de forma voluntária a soberania estatal. Segundo Gilpin (2001) os federalistas teriam começado a explicar ainda com origem na formação da Liga das Nações (através dos 14 pontos de Willson), e posteriormente pelo surgimento das Nações Unidas, entretanto, começou seus estudos na formação da Comunidade Econômica Europeia. A ameaça militar externa tende a aumentar a pressão sobre os membros do processo regional, fazendo com que seus resultados sejam ainda mais positivos, ou pode aumentar o bem estar dos países através da integração. Segundo o autor, apenas o processo europeu impulsionou a integração econômica.

O institucionalismo prevê os impactos promovidos pelas ações estatais através das instituições, pois o sistema político influencia de alguma maneira as instituições dos governos no cenário internacional. “Esta corrente supõe que os atores possuam pelo menos alguns interesses comuns, entendendo que a cooperação é uma forma de obter potenciais ganhos” (MARIANO; MARIANO, 2002, p. 60).

O institucionalismo analisa o processo de integração em duas vertentes, são elas:

[...] a primeira se encontra na possibilidade da construção de um interesse comum, havendo uma expectativa quanto à possibilidade de ganho com a cooperação. A segunda se apresenta quando a variação no grau de institucionalização se reflete no comportamento do Estado, uma vez que as instituições internacionais não são estanques e estão em constantes mutações, forçando o Estado a acompanhar e pôr em prática estas mudanças (SARFATI, 2005, p. 190).

A integração passa a ser uma ferramenta diária resultando na interação distinta de cada governo e instituição, por consequência as instituições apresentam as preferências racionais de cada ator derivando-se da teoria dos jogos. Em 1980, o debate acerca da teoria acaba sendo reformulado pelas relações internacionais, passando agora por perspectivas neorealistas, para eles as instituições não passam de atores usados pelas hegemonias para seus interesses. Nesse cenário Robert Keohane através da Ciência Política que elabora um novo modelo chamado neoliberalismo institucional. O neoliberalismo institucional também é o resultado de duas das teorias integracionistas, a ideia dos neofuncionalistas e da interdependência, não descartando alguns pontos do realismo. Porém, o realismo reconhece os Estados como o ator central, os neoliberais consideram não somente o Estado, mas também as instituições como ator das Relações Internacionais no cenário regional. O processo globalizado moderniza uma série de eventos sobre o tema integracionista praticados pelo governo estatal e de atores não-governamentais, através de algumas peças estratégicas como indivíduos, sociedade civil, empresas transnacionais, organizações não-governamentais, etc. (MARIANO, 1995).

Sobre o processo de integração regional, a teoria debate que a integração pode ser analisada através do regime intergovernamental criado para cooperar no cenário econômico, utilizando-se como forma de cooperação, política negociada. A integração serve para os Estados como barganha de negociação para estabelecer acordos finais de cooperação (MORAVCSIK, 1994).

A diferença entre as duas teorias está no papel das instituições, para os institucionalistas elas são importantes no ponto em que pode alterar os resultados políticos, porém ficam sujeitas ao poder estatal, sem poder atuar independentemente. No neoliberalismo institucional, é uma soma dos resultados, ou seja, além de poder modificar os resultados políticos de cada governo, pode também ter um efeito de construção sobre os atores “modificando seus interesses e até mesmo suas identidades” (COUTINHO, HOFFMANN; KFURI, 2007, p. 12).

2.2 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

A fase de integração regional no âmbito da América Latina passou por um dilema no qual refletiu-se na política externa. As opções a serem seguidas eram entre o multilateralismo universal induzido pela ordem capitalista e a integração regional como base elementar para controles efetivos. A escolha sul-americana analisou e encaminhou-se para formação de blocos entre os países, por agrupamentos regionais e a integração hemisférica sendo por interblocos (CERVO, 2003). Não que as propostas iniciais fossem dar certo.

Deu-se início no século XIX a integração regional via pan-americanismo, que “declinou como movimento hemisférico ao adquirir expressão geopolítica” (CERVO, 2003, p. 160). Nos períodos de 1930 e 1940, o pan-americanismo foi relançado com intervenção dos Estados Unidos da América que favoreceu seu auxílio para o continente em favor do bloco. Entre os anos 1940 e 1950, o pan-americanismo passou por uma fase de hibernação em longo prazo, ressurgindo no século XX. Porém, a cooperação regional dentro da América Latina procurava criar um bloco que unisse o econômico e político, reunindo assim Argentina, Brasil e Chile que criaram o pacto do ABC, através de Barão do Rio Branco, Roque Saenz Peña e Ruiz Guiñazú e com auxílio de Osvaldo Aranha (CERVO, 2003), contudo, nesse período os governos brasileiro e argentino não buscavam uma integração regional propriamente dita, mas sim o desenvolvimento industrial da América Latina.

No que diz respeito ao período de 1950 e 1960, a ideia integracionista passou por duas fases distintas, a primeira fase corresponde à criação da CEPAL- ALALC, anterior a integração do Cone Sul e a segunda fase com ALADI até MERCOSUL, que impulsionou o processo regional. A primeira fase reflete-se na desconfiança por parte dos latinos com relação à criação das duas entidades acima, apesar disso, a CEPAL segue adiante com suas negociações na tentativa de eliminar problemas econômicos nos países da América do Sul, sem muito sucesso inicialmente. Além disso, a ALALC passou por dificuldades tanto de estruturação como jurídica, sendo substituído mais tarde pela ALADI. Apesar do fracasso da ALALC outro acordo de caráter comercial e político foi tentado, como o Tratado da Bacia do Prata (1968).

A ideia integracionista passa por uma segunda fase, entre os períodos de 1970 e 1980. Sendo considerado como a volta da integração nas pautas das negociações entre os principais países do Sul, por conta da redemocratização dentro da América do Sul com ajuda do processo econômico. Brasil e Argentina não somente aproximam-se pela redemocratização política, como também pela criação do segundo Tratado de Montevideu (1980), no qual criou

a ALADI, e das cláusulas dentro do GATT sobre habilitação relativa a acordos comerciais (GALDIOLI; SENHORAS, 2006).

Porém, foi no ano de 1985 em diante que a cooperação entre Brasil e Argentina começou a aparecer com relevância, através da Declaração de Iguazu (1985), firmando-se uma comissão para estudar o processo de integração entre os países. 1986 foi concebida a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que favorecia a diversificação das trocas comerciais entre os dois países. Dois anos mais tarde, Brasil e Argentina ratificaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, ato pelo qual criaria um Mercado Comum no prazo de dez anos. Além, do Tratado de Cooperação Amazônico que formou a Comunidade Andina. Todos esses processos foram usados na tentativa de crescer o processo integracionista na América latina para inserir a região no sistema mundial, além disso, buscava-se a “complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico (particularmente nuclear) e de projetos específicos” (VIZENTINI, 1999, p. 151). Apesar das propostas, tratados e acordos até aqui expostos, nenhum conseguiu uma integração regional estável, somente no ano de 1990 os países latinos vão concretizar o processo integracionista através do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

2.2.1 O CASO DO MERCOSUL

Em março de 1991, foi assinado Tratado de Assunção que criou o Mercado Comum (MERCOSUL), no qual engajava Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, constituía-se assim a integração que pudesse favorecer em âmbito geográfico (LINS, 2013). Seu propósito geral era “a consolidação de grandes espaços econômicos” (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, p. 1), porém, segundo Vizentini (1999) o MERCOSUL não servia somente para aspectos comerciais e nem representava seu objetivo essencial, mas sim, fazia parte de um projeto mais complexo que redimensionaria a região para inserção internacional, levando os países membros para um novo patamar.

Sobre o processo de criação do MERCOSUL, Cervo exemplifica:

O MERCOSUL vinha ao mundo, operava-se, a transição da integração macroeconômica para a integração comercialista. Esses impulsos decisivos do processo de integração do Cone Sul não esgotaram a explicação em sua origem. Além dessas determinações internas e regionais, a pressão global para formação do bloco era intensa, visto que eles se constituíram em toda parte em razão daquela

necessária prudência. O MERCOSUL foi mais uma formação concomitante de bloco (CERVO, 2003, p.162).

Em geral, podemos destacar três principais momentos do MERCOSUL, desde sua criação até os primeiros mandatos de Lula e Néstor. A primeira fase vai de 1991 até 1997, denominada como a criação institucional do MERCOSUL, foi estabelecida com a criação do bloco uma institucionalização intergovernamental, com a criação de órgãos por composição dos representantes dos poderes executivos dos Estados- membros e sendo por consenso as decisões. Tendo dois principais órgãos, o primeiro era o Conselho do MERCOSUL (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC) (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008).

Como explicativa, os autores ressaltam:

[...] O CMC seria o órgão superior do MERCOSUL, formado pelos ministros de Relações Exteriores e pelos ministros de Economia de cada um dos Estados-membros, além da participação dos presidentes dos Estados membros em pelo menos uma reunião anual. Ao CMC estava designada a condução política do bloco e a tomada de decisões para a constituição do Mercado Comum. O GMC foi instituído como um órgão executivo, composto por representantes dos ministérios das Relações Exteriores e da Economia e dos Bancos Centrais, com as funções de zelar pelo cumprimento do Tratado, tomar as providências necessárias para o cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho, propor medidas concretas para a aplicação do Programa de Liberação Comercial, com a coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação de acordos frente a terceiros e fixar o programa de trabalho que assegure o avanço para a constituição do Mercado Comum. Foram criados subgrupos de trabalho para o cumprimento dessas funções. Esta seria a estrutura institucional do MERCOSUL responsável pelo período de transição para o estabelecimento do Mercado Comum, previsto para 31 de dezembro de 1994. Segundo a determinação de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, de dezembro de 1994, ampliou a estrutura institucional do bloco, com a criação de mais quatro órgãos: a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM); a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008, p.111).

Consequentemente, apesar de ter sido ampliado originalmente pelo Protocolo de Ouro Preto, a estrutura institucional do MERCOSUL segue-se com as mesmas características. A tomada de decisões continua consensual, obrigatória, porém deve ser analisada de acordo com o jurídico de cada Estado-membro, não tendo aplicação direta. Com relação ao sistema de solução de controvérsias do bloco que foi implementado no Protocolo de Brasília, abril de 1993, os autores destacam “o documento previa que as disputas deveriam, prioritariamente, ser negociadas diretamente entre as partes” (HOFFMANN; COUTINHO, 2008, p.112). Caso não fosse possível chegar a um acordo, deveria ser considerado submeter o desentendimento

para a GMC. O destaque seguiria pelo aspecto comercial, turístico e social na integração, que está relacionado com a estrutura institucional, fazendo surgir assim novos índices dentro do bloco.

No que tange a parte econômica², o volume total do comércio em 1991 é de aproximadamente US\$ 10.201 milhões, sendo que em 1992, o volume do comércio considerando os quatro países, teve um aumento de US\$ 14.497 milhões. Esse aumento nos dados é por consequência de uma economia compartilhada, ou seja, juntos os Estados-membros somam US\$ 68.038 milhões em 1991, sendo que no período de 1992 teve-se um aumento de US\$ 74.846 milhões. Crescendo ainda mais nos anos que sucederam, chegando a um total de US\$ 19.143 milhões em 1993 e US\$ 23.712 milhões em 1994. Nos anos de 1995 e 1996, registramos uma diminuição com relação ao primeiro e segundo anos do bloco, porém, superou dois anos anteriores, somando um total de US\$ 28.438 milhões em 1995 e US\$ 34.226 milhões em 1996. Fazendo-se um balanço entre o primeiro ano até 1997, observamos um aumento no comércio do MERCOSUL, durante o período de 1991 o bloco representava 13% do comércio total entre os países, enquanto que no início de 1997 o comércio intrabloco a um total de 23%. No ano de 1997, a expansão é contínua, o valor total dos produtos de troca chegou a US\$ 41.074 milhões, quatro vezes a mais do que em 1991. Com respectiva ao comércio extrabloco, tivemos um período que cresceu, porém, não corresponde ao crescimento do intrabloco, chegando a um total de US\$ 139.046 milhões em 1997. No âmbito social³, o número dos turistas que circularam entre os países membros do MERCOSUL, teve um aumento de 2,8 milhões de pessoas em 1991 passando para 5 milhões de pessoas em 1997, correspondente a 75%. Diferentemente do comércio, o número não muda a partir de 1998.

A segunda fase do processo de integração corresponde ao período de 1998 até 2002, denominada como a crise no processo integracionista, pelo fato das turbulências econômicas afetarem os países do Cone Sul, mais especificamente seu comércio exterior. Porém, o que intensificou ainda a deterioração cambial foi à crise Argentina de 2001, sentida nos países vizinhos (LINS, 2013).

A estrutura institucional do bloco continuava a mesma, um exemplo disso, está no seguimento do número das diretivas da Comissão de Comércio muitas dessas diretivas, criadas em 1994 até 1997, foram adotadas pelos países-membros. Com relação ao período de

² Dados retirados do Intal, Informe MERCOSUL, n. 3.

³ Dados retirados do Intal, Informe MERCOSUL, n. 4.

1998 e 2002, 51 normas emitidas pela Comissão do bloco foram implementadas, 14 eram normas que já haviam sido aprovadas anteriormente. As outras 37 normas foram sendo criadas durante a crise, sendo que a maioria foi ratificada no ano de 2000 e 2002 (HOFFMANN, COUTINHO; KFURI; 2008).

Com relação aos órgãos regentes do bloco, somente um foi criado nesse período o Foro de Consulta e Concertação Política, com objetivo de assegurar o diálogo entre os membros sobre temas como a política externa e a agenda da política comum, com intuito de desenvolver a cooperação política dos Estados, através da reformulação de recomendação do CMC. Durante o ano de 2000, normas foram aprovadas no âmbito do CMC e dizem respeito a acesso aos mercados, incorporação da normativa no MERCOSUL, aperfeiçoamento no desempenho da SAM, melhoras no Sistema de Solução de Controvérsias, tarifas externa comum, defesa comercial, coordenação macroeconômica, incentivos aos investimentos, produção e exportação com a inclusão de zonas francas e outros de caráter especiais e relacionados ao âmbito externo (HOFFMANN; COUTINHO, 2008).

Com relação à melhoria no Sistema de Solução de Controvérsias, em 2002 o Protocolo de Olivos⁴ criou o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), seu objetivo era revisar os laudos do tribunal. Ainda segundo o protocolo:

[...] Estabelece-se que as controvérsias entre os Estados-membros poderiam ser submetidas a outros sistemas de solução de controvérsias, como na OMC. No entanto, uma vez iniciado o processo no foro escolhido, o Protocolo proibiu o recurso a outro mecanismo de solução de controvérsias, de qualquer uma das partes, para julgar a mesma matéria. É interessante notar que a partir de 1997 a proporção de votos coincidentes na Agência da ONU aumenta e chega a 75% do total. Nas 336 votações levadas a cabo entre 1997 e 2002, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai votaram juntos em 253 casos e divergiram em apenas 83. Um dos fatores que pode ter contribuído para isso pode ter sido a adoção de uma norma aprovada em 1996 pelo CMC, que tratava da cooperação em foros internacionais. A Decisão nº13/96 do CMC recomendava a coordenação das políticas e a atuação conjunta nos foros econômico-comerciais internacionais e destacava a coordenação na OMC, na ONU e na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Além disso, conforme mencionado acima, em 1998 foi criado o Foro de Consulta e Concertação Política, com a função de aprofundar o diálogo entre os membros do MERCOSUL em temas de política externa (HOFFMANN; COUTINHO; KFRUI, 2008, p. 108).

Entretanto, notamos que no âmbito econômico o MERCOSUL teve uma hibernação com relação aos outros anos. No período de 1999, o comércio cai cerca de 25% (vinte e cinco por cento) comparado ao ano anterior, apesar de haver uma recuperação no comércio em 2000

⁴ Protocolo de Olivos, disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>

de 15% (quinze por cento) e o total chegar a US\$ 35.275 milhões, no ano de 2001 não tivemos o mesmo resultado, muito pelo contrário, houve uma redução de 13% (treze por cento) no comércio intrabloco, fechando o ano com um déficit de US\$ 30. 545 milhões comparados com os períodos de 1999 até 2000. Porém, o período que mais teve uma baixa no comércio foi em 2002, o volume negociado entre os países do bloco cai para 33% (trinta e três por cento) com relação a 2001, fechando em US\$ 20.462 milhões. O número é considerado crítico pelo fato de ser menos da metade se considerado em 1997, somente não é considerado o pior momento do bloco por conta de ter fechado o ano de 1993 em US\$ 19.143 milhões. Se analisarmos os períodos de 1997 até o ano de 2002, notamos que houve uma diferencial no comércio de US\$ 20.612 milhões, uma queda de 50, 18%. Contudo, não foi somente o comércio intrabloco que sofreu com a crise dos países, o volume negociado pelos países externamente no MERCOSUL também tiveram sua baixa se comparado aos outros anos (HOFFMANN; COUTINHO; KFRUI, 2008).

[...] o bloco cai de US\$ 139.046 milhões em 1997 para US\$ 135.818 milhões em 1998. E esse volume também tem uma trajetória de queda no ano seguinte, chegando a US\$ 122.922 milhões em 1999. Nos dois anos que se seguem, o comércio extrabloco ensaia uma recuperação, subindo para US\$ 135.945 milhões em 2000 e para US\$ 138.965 milhões em 2001. Mas no ano de 2002, o ano crítico, o volume de comércio dos países do MERCOSUL com o resto do mundo sofre uma queda acentuada e fecha o ano em US\$ 128.132 milhões. Proporcionalmente, a importância do comércio intrabloco, em relação ao total de comércio dos países, também cai. Em 1997, o comércio entre os países-membros do MERCOSUL correspondia a 23% do total de comércio. Esse patamar se mantém, nos primeiros anos dessa segunda fase, em torno dos 20%. Mais uma vez, 2002 revela-se o ano crítico. Nesse ano a proporção do comércio intrabloco cai para 14% em relação ao total do comércio dos países do MERCOSUL. O PIB também caiu nesse período, atestando uma fase de crise econômica geral. O PIB dos quatro sócios do MERCOSUL somados em 1997 ficara em US\$ 1.131.479,90 milhões e, em 1998, caiu para US\$ 1.117.255,40. Uma queda mais significativa aconteceu em 1999, quando a soma ficou em US\$ 848.424,00 milhões (HOFFMANN; COUTINHO, 2008, p. 110).

Essa crise da segunda fase pode ser explicada desde 1999, por conta da desvalorização da moeda brasileira houve uma mudança na postura significativa da competitividade do MERCOSUL, a repercussão foi negativa, particularmente para seu vizinho a Argentina. A desconfiança entre os dois países acabou voltando, sobretudo pelo lado argentino, com medo de que os produtos brasileiros invadissem o mercado internacional. Durante o período de 2001 houve um agravamento da crise econômica na Argentina, isso fez com que o país reagisse de forma negativa e, por conseguinte aumentou ainda algumas tarifas muito acima do que eram as tarifas externas comum do MERCOSUL, isso fez com que os dois presidentes,

Fernando Henrique Cardoso e Néstor Kirchner tivessem um desentendimento na agenda política dos dois países, até mesmo cancelando algumas visitas por parte do presidente brasileiro (HOFFMANN, COUTINHO, 2008).

Com relação à parte social, apesar da crise interna nos países membro do bloco, houve um aumento no número de turista nessa segunda fase. O número mais relevante de turista apresentados até agora, foi no ano de 2000, com um total de 6,5 milhões de pessoas, entretanto, com relação aos dois anos seguintes, houve uma redução de 47%. (quarenta e sete por cento) (HOFFMANN; COUTINHO, 2008).

A terceira e última fase do processo regional denomina-se a revitalização do MERCOSUL que vem desde 2003. Economicamente, os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), acabaram fechando em positivo, somando os quatro membros do bloco o valor total em 2003 fecha o ano em US\$ 25.597 milhões, uma recuperação de 25%. Em suma, apesar de ocorrer uma estabilidade de 15% (quinze por cento) no volume total (IBIDEM, 2008), o comércio intra-MERCOSUL tem alcançado números expressivos e tem aumentando cada ano mais, desenvolvendo ainda mais a região. No âmbito social⁵, o número de turistas cresceu lentamente durante os anos, porém, fechou o ano de 2003 com um pouco mais de 3,6 milhões de pessoas.

A parte que mais se modificou pela retomada do processo de integração nessa terceira fase foi à institucionalização do bloco. O seguimento da integração regional se deve muito pela renovação da política doméstica dos países, por conta da ascensão dos partidos de esquerda dentro da América Latina. No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva assume, enquanto que a Argentina é liderada por Néstor Kirchner e no Uruguai, Tabaré Vázquez. Esses três governos mudam seus paradigmas, a ideia unitária do comércio, deu lugar a novas pautas no que tange a integração física, social e institucional (GALDIOLI, SENHORAS, 2006). Com esse novo pensamento por parte dos governos de esquerda, o MERCOSUL abrangeu ainda mais sua institucionalização, criando novos órgãos. Agora com temáticas mais integracionistas, não somando apenas para o lado comercial.

Sendo assim, em 2003 foi criada a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), localizado em Montevideu. Seu principal objetivo era prestar serviços para os órgãos já existentes como o Conselho do Mercado Comum e a Presidência temporária do bloco, além disso, apresentava pautas sobre o processo de integração ao Conselho do Mercado Comum, dar assistência às negociações externas e dar conformação para o bloco e

⁵ Dados retirados do Intal, Informe MERCOSUL, n. 4.

fortalecendo as relações macroeconômicas sócias e parlamentares. A partir de 2004, o MERCOSUL abrange reuniões com as altas autoridades na área de direitos humanos e foro consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos dentro do bloco. No mesmo ano, foi criado o Centro do MERCOSUL para promover o Estado de direito e estabelecer aos grupos a criação de uma estratégia mercosulina na área de emprego. Contudo, observando os novos órgãos, podemos notar que há uma ampliação do que já havia sido mencionado no início de cada mandato presidencial, a inclusão de novos temas, nesse mesmo ano foi mencionado em uma das reuniões do bloco a questão do tema das assimetrias entre os membros. O principal órgão desse período corresponde ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). O FOCEM foi destinado a promover “a competitividade e coesão social dos Estados Partes, reduzir as assimetrias e impulsionar a convergência estrutural do MERCOSUL” (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008, p. 114). O órgão tem por objetivo atender as necessidades dos países menores, principalmente o Paraguai e Uruguai que manifestaram suas preocupações sobre o processo regional. Seguindo, o “FOCEM tem caráter redistributivo e representa a disposição de Brasil e Argentina em arcar com certos custos da integração, uma vez que são os maiores contribuintes do fundo, mas recebem a menor parte dos recursos” (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008, p. 115).

Em 2006, o CMC propôs criar duas novas entidades, o Observatório da Democracia no MERCOSUL (ODM) e o Instituto Social do MERCOSUL (ISM). O ODM tem por objetivo acompanhar as necessidades do MERCOSUL, acompanhando principalmente o desenvolvimento social e democrático dos membros. Por conclusão, 16 novas normas entraram em vigor entre os períodos de 2003 e 2006.

Apesar de inicialmente o MERCOSUL tratar a integração regional como uma vantagem para a área econômica, o mesmo não se mostrou viável até os dias atuais, devido às crises internas dos países, que acabaram retrocedendo o bloco. Ao contrário do que aconteceu na economia, novos temas deram expansão internacional para o bloco como politico-institucional e na área social. Entretanto, muito discute-se sobre qual característica o bloco segue, muito por conta dos intergovernamentalistas, sobre os temas das assimetrias e das crises papeleiras (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008).

Segundo os autores Galdioli e Senhoras (2006), depois de 23 anos da assinatura do Tratado de Assunção, o qual criou o MERCOSUL, o bloco atingiu números importantes. Sendo aproximadamente 270 milhões de habitantes (cerca de 70% da população sul-americana) e um PIB de aproximadamente US\$ 3,3 trilhões (83,2% do PIB sul-americano). No caráter institucional, houve um aumento no fluxo comercial entre os membros, criação de

um tribunal de solução de controvérsias, criando também um passaporte comunitário, a criação do FOCEM, entre outros avanços. Atualmente, a área mercosulina conta com uma população de aproximadamente 250 milhões de pessoas, acarretando 50% dos produtos industriais e das exportações. Apesar de todas essas conquistas, as crises econômicas deram um peso maior ao bloco, principalmente por parte da Argentina e do Brasil, novamente em 2006 vivemos uma crise interna no bloco, apesar disso, o MERCOSUL mostrou-se com resultados satisfatórios.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E ARGENTINA (2003-2014)

A década de 2000 foi marcada pela ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner com eleições democráticas com cunho político nacional, desenvolvimentista e socialista, no qual questionavam os preceitos neoliberais, com projetos de governos diversificados e alternativos. Os presidentes queriam fortalecer o papel do país no desenvolvimento econômico e que pudessem incluir o social. Em seus planos de governo, os dois presidentes ressaltaram a importância do processo regional, bem como seu desenvolvimento integrado e autonomia entre os membros. Além disso, tentaram inclusão de novas dimensões que englobasse a política, o social e a redução das assimetrias, como também a ampliação e a expansão, sendo incorporados novos membros dentro do bloco. Entre os períodos de (2003 a 2010) com Lula e logo após com Dilma (2010-2014) no Brasil e de (2003 a 2007) com Néstor e logo depois (2007 a 2011) com Cristina Kirchner, a integração passou por um processo de reavaliação, pretendendo desenvolver a região frente aos demais países centrais, utilizando-se do MERCOSUL, como também da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Essa revisão do processo regional deu-se muito por conta da intensificação do diálogo entre os governos e pela mudança no contexto global em âmbito político, social e econômico dentro do hemisfério Sul (GRANATO, 2014).

Segundo o embaixador Celso Amorim, a política externa de Lula foi considerada como “ativa e altiva”, com relação às visitas e viagens bilaterais do governo, sendo também por conta das intensivas participações executivas e técnicas, nos foros de abertura ao engenho e a arte da diplomacia. O propósito geral do governo Lula era uma iniciativa com base na situação das negociações comerciais no âmbito internacional e na busca por uma cooperação política mais efetiva com relação aos governos anteriores (ALMEIDA, 2004). Lula tentou reformular o modo como a política externa era executada, isso acabou abrindo caminhos para temas em conjunto com nossos vizinhos.

Dilma Rousseff foi eleita em 2010, assumindo em 2011, a presidente ressaltou a importância da igualdade dentro da América do Sul para a inserção brasileira no cenário externo, ou seja, “podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao MERCOSUL e à UNASUL” (ROUSSEFF, 2011). Em concordância, seu ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, resalta a importância do âmbito regional e a identidade sul-americana (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015). No plano político, houve uma revisão institucional, atuação nos fóruns

multilaterais, autodeterminando-se como representante dos países do Sul e a pró-atividade sul-americana. Essas estratégias foram para reter as “coalizões internacionais e mecanismos de interação de política externa” (SARAIVA, 2014, p. 25). Com relação ao Itamaraty, as posições ministeriais e a variedade das agências envolvidas na política externa foram predominantes com Lula, seguiram-se com Dilma ocorrendo um reforço durante seu mandato. Entretanto, apesar de similaridades nos dois mandatos, houve uma mudança na “redução da pró-atividade”, o Brasil foi reduzindo seu “protagonismo”, na política internacional, assumindo assim um caráter reativo (SARAIVA, 2014). Essa postura foi sentida mais adiante na conjuntura econômica internacional e na economia interna.

Com relação à Argentina, atrelamos sua diplomacia ao poder central do governo federal, destacando um afastamento diplomático da Argentina com relação à política neoliberal de 1990 e o início de 2000. Quando Kirchner assume o poder em 2003 representando o partido político Frente para a Vitória, o presidente encontra uma Argentina deteriorada pela população, fatores conjunturais que havia sobre o posicionamento argentino e o peso que Argentina exercia sobre o cenário internacional, isso por conta da pouca atenção que o país recebia dos demais (SALCEDO, 2013).

Néstor buscou uma postura mais heterodoxa, com visão pragmática, para tentar reconstruir a economia Argentina (VIDELL, 2010). Na concepção interna, o plano era uma rápida recuperação econômica e aprofundar mais a política tentando atingir o crescimento esperado, para isso utilizava-se uma política pública com uma crítica referencial as instituições de créditos (VIDELL, 2010). No plano externo o desafio era assumir a crise de 2001, fazendo com que a Argentina posicionasse com maior atenção no processo regional. A estratégia de inserção internacional teve como opção o Brasil e um tratamento razoável com os norte americano (SIMONOFF, 2013).

Na visão de Simonoff (2012), o multilateralismo era o grande fundo do cenário argentino durante o período de 2003- 2014. Segundo a presidente Cristina Fernández, a participação regional tanto quanto uma política de autonomista era seu marco principal, no âmbito internacional Cristina enviou tropas ao Iraque para apoiar os negociadores dos órgãos multilaterais de créditos. O impacto da região sobre o contexto internacional teve uma maior autonomia sobre muitos aspectos, porém, trouxe novas responsabilidades, como “as demonstrações da intervenção em Minustah no Haiti e as diversas crises que deram lugar principalmente ao Cone Sul” (SIMONOFF, 2012). Porém, as políticas comerciais e arranjos externos comuns que se tinham deixado de lado antes dos presidentes Néstor e Cristina, acabam voltando sobre base do processo regional. (SALCEDO, 2013).

3.1 POLÍTICA EXTERNA DE LULA (2003- 2010)

A inserção geopolítica brasileira acabou modificando-se, definindo um novo rumo para os interesses nacionais e um novo modelo de política externa, bem como uma nova orientação da política internacional do país e uma nova visão das elites sobre a comunidade externa⁶. No contexto do hemisfério Ocidental, a projeção estratégica seria na inserção regional do país, dando ênfase aos conflitos com seus vizinhos durante o fim do século XIX e início do XX, chegando a um ponto de não classificar o país como geopoliticamente satisfeito. Em suma, ao contrário dos outros países, a construção nacional do perfil brasileiro foi realizada muito mais como negociação diplomática do que pela guerra, ocupando no século XX uma economia dominante comparado aos demais países (LIMA, 2005).

O discurso partidário nas agendas políticas internacionais, tanto no governo anterior e agora com o PT de Lula, tem dado uma ênfase ao governo no comando das ações governamentais, mais do que em outras áreas institucionais. Esses temas estão baseados com a preferência das negociações com parceiros do sul, dando espaço para atuação do Itamaraty, como também recorrendo para suas linhas de ruptura se comparado com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (ALMEIDA, 2009). No contexto geral, a agenda externa tradicional busca um consenso entre os diplomatas e as elites gerais tendo como decisão a de que o país tem um papel fundamental do cenário internacional e sendo depois reconhecido pelas potências, usando seus recursos naturais, sua dimensão continental e uma liderança que é considerada natural (LIMA, 2005).

Por razões diferentes, podemos destacar duas políticas de governo usadas no jogo legislativo, de um lado a política econômica e do outro a política externa. Comparando o governo Cardoso com o Lula observamos que a política macroeconômica foi usada como uma clara transferência de mandato, que ocupam uma posição presidencial e dos mandatários (AMORIM, 2003).

Assim que Luiz Inácio Lula da Silva assume em 2003, o período foi caracterizado como de crescimento econômico e surgimento de demandas internas e maior auxílio na externa. Seus objetivos englobavam combater a pobreza e a fome tornando o país menos desigual, com isso, a política interna foi marcada por ações públicas com políticas voltadas

⁶ Os membros do Executivo, Congresso e Judiciário, lideranças empresariais, sindicais e de movimentos sociais, representantes de organizações não-governamentais, jornalistas e acadêmicos (LIMA, 2005).

para o desenvolvimentismo que davam ênfase as empresas estatais e não mais as privatizavam como no governo anterior, dos bancos públicos e dos fundos de pensão (com aumento de renda por trabalho), com objetivos claros de acesso ao crédito, gastos ligados ao social (com concepção na área de educação e saúde), sendo também beneficiados os investimentos públicos e setores industriais, com estimulação tecnológica e inovadora. A nova ordem mundial e a crescente ascensão da esquerda nos países latinos fizeram a defesa e os interesses nacionais significarem uma inserção na soberania dos Estados, o Brasil beneficiou-se do comércio internacional, no qual envolveram problemas ambientais, propriedades intelectuais, política industrial, etc. Com Lula, o Brasil percorreu as negociações comerciais no âmbito global, utilizando-se muito do MERCOSUL, ALCA com parceria na China e no Oriente Médio. O incentivo ao crescimento do MERCOSUL ganhou destaque na política externa de Lula, principalmente as relações bilaterais internacionais, quase sempre auxiliados pelo bloco (MIYAMOTO, 2011).

Com colaboração da economia, solidificada pelo aprofundamento do processo político regional fortalecendo as relações com o Cone sul, ao longo dos oito anos de governo, o MERCOSUL e o IIRSA, assim como a UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano, foram ganhando êxito no plano político, além disso, a cooperação bilateral com onze países foi fortalecida compondo o subcontinente com intensificação de visitas oficiais e assinaturas de acordos em diferentes áreas (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

Em seu primeiro ano de mandato Lula encontrou um cenário internacional que o favoreceu, a multipolarização dos países no pós- 11 de setembro e a crise no setor financeiro de 2008 abriram novas portas para atuação brasileira. O que viu-se foi uma promoção revisionista com soft nas instituições dentro da política internacional, sem romper o que já estava estruturado na ordem vigente. O plano geral do governo era situar o Estado brasileiro como importantes “players” das relações internacionais, sem qualquer mudança na postura estratégica dessa ordem, porém buscando modificar o peso dos atores internos, sendo que a economia a área mais modificada nesse período. Os “autonomistas eram favoráveis ao modelo desenvolvimentista, o que implica um Estado mais forte e atuante na política industrial” (SARAIVA; VALENÇA, 2012, p.15). A crise de 2008 acabou atingindo as economias internas, abriu assim novas lacunas para os brasileiros atuarem no cenário internacional, sendo assim, os BRICS beneficiou-se por conta da crise. Nesse cenário, o Brasil aumento seus mercados de exportação nacional, alterando uma lacuna que os países deixaram na economia mundial, reforçando ainda mais a posição brasileira (SARAIVA; VALENÇA, 2012). A parti daí, Lula conseguiu redefinir sua política externa, com traços desenvolvimentistas nacionais,

diminuindo a vulnerabilidade externa brasileira, sendo asilada sua política como Estado Logístico (SILVA, 2008). O Estado Logístico é a estratégia principal do país na agenda externa para o desenvolvimento nacional, assumindo um papel crucial no “planejamento nacional desenvolvimentista”, tentando o reconhecimento para incentivar os atores domésticos no poder (BUENO e CERVO, 2008, p.457).

Ao fim do primeiro mandato de Lula (2003-2006), observamos que o Brasil conseguiu ser respeitado internacionalmente, muito por conta do seu crescimento econômico substancial, possibilitado pela criação do seu mercado interno e aumento do preço internacional de commodities produzidas internamente, reduzindo assim a pobreza e a desigualdade da renda interna. A política externa teve um desenvolvimento na cooperação Sul- Sul, principalmente por dar importância ao MERCOSUL. No contexto externo, sua meta era a não indiferença, não interferir em assuntos de interesses nacionais e disposição das novas responsabilidades (LESSA, 2010).

Apesar de suas origens serem de gestões anteriores, algumas características da política externa de Lula foram apresentadas com avanços, conquistas e novidades, muito em virtude do que o presidente adotou, tendo como ponto forte uma visão diferenciada do mundo e introduzindo a reformulação na execução de sua política, trazendo o Itamaraty para seu cenário de mudanças, ocorrendo- se suas principais linhas de atuação, a partir disso exaltaram:

A reforma das Nações Unidas, com ênfase na ampliação dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança e a busca de um assento permanente para o Brasil; Aproximação com os vizinhos na América do Sul e aprofundamento da Integração Regional; Fortalecimento das alianças sul-sul – parcerias estratégicas com a China, Índia, África do Sul, Rússia IBAS/BRIC (Síria/Líbia) (BARBOSA, 2011, p. 5).

No caso da América do Sul e os países em desenvolvimento percebemos uma nova dimensão nas relações com esses países, muito por conta da transformação das relações externas com o Brasil e o cenário internacional. Por outro lado, as relações regionais foram prioritárias com países com projetos semelhantes as nossas, como Venezuela, Bolívia, Equador e a principal Argentina. No caso do MERCOSUL, o Itamaraty começou a priorizá-lo, o Brasil atua para evitar que os Estados da região negociem conforme os Estados Unidos, passando a atuar em conjunto com seus vizinhos (BARBOSA, 2011). Sobre isso, Barbosa exemplifica:

Tal como criado pelo Tratado de Assunção em 1991, o MERCOSUL perdeu prioridade e os aspectos de liberalização comercial e abertura de mercados foram relegados para segundo plano pela prevalência de medidas restritivas contra produtos brasileiros, em especial na Argentina, sem reação significativa do governo brasileiro, criadas algumas se sobrepondo ao MERCOSUL, e todas com o objetivo ideológico, algumas de inspiração de Hugo Chaves, de excluir os EUA: União das Nações da América do Sul (UNASUL) (e nesse contexto o Conselho de Defesa e o Conselho antidroga), Comunidade de Estados da América Latina e Caribe (CELAC). A parceria Sul-Sul justificou a convocação da primeira cúpula América Latina-Oriente Médio e América Latina-África, além da criação do grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e a institucionalização do BRICS⁷ (BARBOSA, 2011, p. 6).

Outra novidade na política externa de Lula foi à autoproclamação de uma política ativa e ativa, que engloba tudo o que já colocamos em pautas até agora, de um lado a prioridade com os países do Sul e o rebaixamento das relações com países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, sendo vista de maneira satisfatória perante o Itamaraty, que busca uma redução de dependência do Brasil com de mercados e uma independência na defesa dos interesses nacionais. “O ativismo da política externa buscou um espaço de influência para bem além do contexto sul-americano, exigindo um esforço adicional da diplomacia brasileira para identificar o que de fato seja interesse nacional” (BARBOSA, 2011, p. 7).

Analisando a política externa de Lula, podemos dizer que o presidente aproximou-se de grupos estratégicos que pudessem comandar seu setor mais forte, o econômico, para isso contou com a estrutura do Banco Central (BC), além desse, também teve a participação de pessoas chaves, que auxiliasse seu governo, formando os princípios “ortodoxos convencionais” (NETO, 2011, p. 99). Destacamos o setor da Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a quem ficava o dever de organizar e auxiliar as políticas de governo para o âmbito econômico, o Ministro da Fazenda era Antônio Palocci, o mesmo em que ajudou Lula em sua campanha eleitoral. A então secretária anunciou o plano “Política Econômica e Reformas Estruturais”, que tinha por objetivo “aprofundar as linhas mestras da política anterior, fazendo pequenos ajustes e dando maior consistência a mesma” (NETO,

⁷“A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) iniciou-se de maneira informal em 2006, com reunião de trabalho à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2007, o Brasil assumiu a organização do encontro à margem da Assembleia Geral e, nessa ocasião, verificou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de reunião específica de Chanceleres do então BRIC (ainda sem a África do Sul)” (ITAMARATY, 2013).

2011, p. 99), além disso, “reivindicava-se que esses aspectos deveriam ser prioridade na agenda econômica do país” (NETO, 2011, p. 99).

Segundo Myiamoto (2011), o governo Lula buscou através das instituições políticas e econômicas aumentarem o poder de barganha, sendo necessária uma alternativa extra na projeção externa do país. Essa alternativa surgiu na busca de “novos parceiros, mudar a estrutura do poder mundial, não de forma revolucionária, mas sim adotando uma postura revisionista” (MYIAMOTO, 2011, p.8), tornando esses fatores viáveis para seus próprios ganhos. Entretanto a figurada do presidente o ajudou bastante no processo de cooperação, em virtude disso, García (2014) esclarece:

É inegável, por outro lado, que o sucesso da política externa brasileira nesses últimos anos esteve ancorado na figura carismática de Lula, que possuía grande visibilidade internacional que conquistou por sua história de vida. Era portador de uma força estoica – a história de um operário que chegou à Presidência da República – e foi essa força e, sobretudo, a obstinação do “Brasil potência” que levou o país, por exemplo, a interferir em assuntos tal como o asilo diplomático ao presidente hondurenho Zelaia, o conflito no Oriente Médio e a questão nuclear no Irã (GARCIA, 2014, p. 9).

Sendo assim, os últimos anos do mandato de Lula foram considerados ampla e ativa, voltada quase que exclusivamente para a América do Sul, desenvolvendo a parte regional, fortalecendo as políticas para o MERCOSUL, teve uma abrangência de novos acordos bilaterais e multilaterais como não se tinha antes. A política externa teve avanços na área econômica e políticas sociais.

3.2 POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSEFF (2010-2014)

No que tange a Dilma Rousseff (2010-2014), suas metas de governo está ligado à revisão institucional, atuação nos fóruns multilaterais se autodeterminando como representante dos países do Sul e a pró-atividade sul-americana. Essas estratégias foram para reter as “coalizões internacionais e mecanismos de interação de política externa” (SARAIVA, 2014, p. 25). Com relação ao Itamaraty as posições ministeriais e a variedade das agências envolvidas na política externa foram predominantes com Lula, seguiram-se com Dilma ocorrendo um reforço durante seu mandato. Entretanto, apesar de similaridades nos dois mandatos, houve uma mudança de postura, na “redução da pro-atividade”, ou seja, apesar de

seguimento no âmbito interno o externo já não foi tamanha causalidade, o Brasil foi reduzindo seu “protagonismo”, na política internacional, assumindo assim um caráter reativo. Essa postura foi sentida mais adiante na conjuntura econômica internacional e na economia interna (SARAIVA, 2014).

Para salientar isso, Cervo e Lessa citam duas causalidades explicativas:

[...] Em primeiro lugar, a inexistência de ideias força, ou seja, de conceitos operacionais com capacidade de movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa; em segundo lugar, obstáculos acumulados pelo Estado com perda de eficiência da função gestora de caráter indutor (CERVO; LESSA, 2014, p. 133).

Em uma pesquisa feita pelo autor Cornetet (2014) sobre viagens internacionais, analisando desde o início do mandato de Dilma Rousseff até 2013 em comparação com os primeiros anos de Lula. Segundo o autor “a atual redução no número de viagens internacionais foi de aproximadamente 31% (trinta e um por cento); com relação ao segundo, a redução foi mais substancial, atingindo cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento)” (CORNETET, 2014, p. 117).

Por conta de uma redução nas viagens até o quarto ano de cada mandato presidencial, segundo documento brasileiro, essa dedicação de cada presidente nas campanhas eleitorais, todavia, explica-se por interesses na política externa de cada mandato caracterizando-se pelo âmbito geográfico (BRASIL, 2011).

No caso de Lula tivemos viagens mais próximas, ou seja, Lula optou por uma cooperação mais Sul-Sul, já Dilma considerou viagens mais distantes com prazos mais consideráveis, entretanto, os dados acima somente corresponde a viagens marcadas na agenda externa do país, segundo o Itamaraty, um exemplo disso, esta na abertura da Assembleia Geral da ONU na cidade de Nova Iorque, isso porque as viagens devem constar nas agendas dos dois países para serem levadas como “multilateral” (BRASIL, 2011). Com relação à perspectiva brasileira, “verifica-se priorização dos países do MERCOSUL, sendo a Argentina o país mais visitado (três visitas) e Venezuela e o Paraguai estando entre os segundos mais visitados (duas visitas)” (CORNETET, 2014, p. 118).

As relações Sul-Norte fez com que a política externa brasileira saísse fortalecida pela crise econômica que englobou Estados Unidos e a Comunidade Europeia, muito pela emergência desses países no cenário internacional. O Brasil acabou atraindo olhares para seus

mercados, superando a crise econômica internacional, ganhando força com a visita do então presidente Barack Obama ao Brasil (GARCIA, 2014).

Assim como Lula, Dilma também utilizou como instrumento de negociação algumas instituições privadas e públicas como as empresas de mineração da Vale do Rio Doce, energia na Petrobrás, siderurgia Gerdau, construção pesada como as empresas Camargo Correa e Odebrecht, cimento tal como a paulista Votorantim e alimentação Brasil Foods, JBS-Friboi, entre outras. No âmbito externo, foi o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que assumiu quando as empresas tornaram-se competitivas no mercado regional e internacional (GRACIA, 2014). Dilma contou com alguns setores para sua inserção internacional, são elas:

Dois setores apenas andam por si, embora também se ressintam da inércia do Estado: o agronegócio e a expansão para fora de empresas brasileiras, isto é, a internacionalização econômica. Na esfera do multilateralismo humanitário e da segurança internacional, princípios e conduta se mantêm. Em suma, declínio leve do Brasil sobre o plano global (CÉRVO; LESSA; 2014, p. 150).

Em 2006, foi retomado o empreendedorismo para fortalecer as pequenas e micro empresas, seguindo-se em 2008 com a criação do Microempreendedor Individual (MeI), para auxiliar os pequenos empresários, reformulando algumas legislações, sendo ampliadas em 50% (cinquenta por cento) das faixas para enquadrar no plano simples nacional, no caso da MeI houve uma redução nas barreiras burocráticas (PROGRAMA DE GOVERNO, 2014).

O principal plano de governo de Dilma em seu segundo mandato, foi o processo de continuidade na priorização da América Latina e Caribe, desempenhando-se em fortalecer o MERCOSUL, a UNASUL e a Comunidade dos Países da América Latina e Caribe (CELAC), sem ter preferência por um desses blocos, o Brasil buscava uma integração regional forte, que pudesse fortalecer o comércio e a integração produtiva, dando enfoque nas questões financeiras, na estrutura física e energética. Dilma optou por atuar em um cenário mais focado nos países da África e alguns países asiáticos como a China, que foi considerada nosso principal parceiro estratégico, contando também com países árabes (PROGRAMA DE GOVERNO, 2014).

A política externa de Lula contou com a universalidade de suas relações, diversificando seus parceiros comerciais bilaterais para a cooperação Sul- Sul, intensificando-se sua relação com países emergentes, em defesa da reciprocidade entre as nações e em seu desenvolvimento. Já Dilma, contou com um discurso de continuidade e sendo de fato comprovado com alguns objetivos de sua política, muito por conta do discurso do próprio

partido do PT. Um desses mantimentos da agenda anterior está no modelo universalista, dando ênfase aos acordos com seus vizinhos (MERCOSUL) e com os BRICS (SILVA, 2015).

Analizamos que alguns autores classificam a política externa de Lula e Dilma Rouseff como uma continuidade, muito pelos estudos comparativos, sendo levados em conta os indicadores, como: o número de viagens, cúpulas, acordos internacionais, pelo número de postos diplomáticos brasileiros no exterior, participação em conferências, possibilita identificar uma contenção na continuidade da política externa brasileira. Porém, para outros estudiosos o período é apresentado como um declínio de Dilma se comparado com a de Lula, muito por conta dos diálogos enfraquecidos do Brasil com alguns Estados e segmentos dinâmicos com a sociedade. No aspecto da “quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos” (CERVO; LESSA, 2014, p. 149). Se compararmos a política externa dos dois presidentes, observamos um momento de retrocesso e outro de continuidade, muito pelo fato dos ajustes feitos por conta de Dilma. Segundo Silva (2015):

A política externa do Governo Dilma tem se ajustado a nova conjuntura interna e externa. O Mundo e o Brasil vivem outra realidade. Externamente, a realidade é de crise econômica e financeira mundial, guerras civis, terrorismo e paralisação das regras do comércio mundial, como OMC. Países de toda parte do mundo têm sido impactados, e o Brasil não tem ficado isento deste “caos” internacional. Internamente, o país sofre com déficit público, diminuição do ritmo de crescimento do PIB, queda no investimento, aumento dos preços, problemas climáticos, crise partidária, corrupção e manifestações populares. A realidade interna e externa é outra, e a condução da política externa do Brasil não pode ser a mesma, ser copiada e colada como um (SILVA, 2015, p.3).

Contudo, a explicação para isso está no momento pelo no qual o Brasil estava inserido, diante dos choques externos, englobando no cenário de crises econômicas e a criação da Aliança do Pacífico, sendo também considerada a agenda doméstica, dando sinais de que estava esgotando-se pelo modelo interno de crescimento e as manifestações populares em 2013, fazendo com que o Brasil ajustasse a política externa na América do Sul. “Essa pode ser percebida a partir da diminuição na intensidade da diplomacia presidencial, o que, todavia, não alterou a centralidade do espaço ocupado pela América do Sul na agenda de política externa brasileira” (CERVO; LESSA, 2015, p.151).

[...] O que se verifica é apenas uma mudança de ajuste entre os governos – e em uma intensidade ainda menor do que a verificada em relação, por exemplo, ao continente africano (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, a despeito da menor presença da presidenta nos países vizinhos, bem como do menor número de visitas dos chefes de Estado desses países ao Brasil, o que se verificou foi uma intensificação no estabelecimento de projetos de cooperação, bem como uma manutenção das iniciativas de estabelecimento de acordos nas mais diversas áreas. Além disso, cabe destacar que a menor ênfase dada pelo governo Rousseff à política externa pode ser entendida a partir de duas perspectivas distintas, mas complementares. A primeira delas é a de Hagan (1995), que argumenta que quando o ambiente interno se mostra desfavorável ao governante, ameaçando sua liderança, a política externa pode sofrer ajustes, de forma a impor menos custos e desgastes internos. A segunda é a de Putnam (2010), que vê as políticas interna e externa como interligadas, destacando que a definição da política externa não depende de apenas um ator, sendo composta pelos distintos interesses de nível nacional (em que grupos setoriais pressionam o governo) e internacional (em que se busca satisfazer as pressões internas e, ao mesmo tempo, minimizar as consequências internas de situações adversas no plano exterior) (CERVO; LESSA, 2014, p. 150).

Destacamos também que a política externa segue a linha dos seus gestores, no caso de Lula observamos o mesmo gestor nas relações exterior, Celso Amorim como ministro, já Dilma até 2015, havia trocado três vezes seus ministros: Antônio Patriota, Luiz Alberto Figueiredo e Mauro Vieira. Ressaltando o perfil dos presidentes, Lula projetou-se como líder diplomático presidencial, enquanto que Dilma Rousseff conduziu sua gestão deixando assuntos externos a cargo do Itamaraty, no qual deu mais autonomia para atuar do que no governo anterior (SILVA, 2015, p. 3).

Portanto, considerando esses fatos, levando em conta os aspectos internos e externos, não é possível identificar qual atuação a política externa do Brasil foi mais positiva e nem qual o modelo que o Brasil deveria seguir, muito por conta das estruturas do cenário internacional.

3.3 POLÍTICA EXTERNA DE NÉSTOR KIRCHNER (2003-207)

O plano externo argentino foi considerado como uma estabilidade democrática, cuja sua política externa estava atrelada a bem sucedidas tentativas de inserção internacional ou políticas nacionais, cabendo ao governo central essa responsabilidade lança-las e amplia-las. Os períodos passaram por padrões institucionais que acabou incorporando ideias e coerências na tomada de decisões, entretanto, os argentinos passaram por uma crise de identidade sobre o papel que o país exercia no mundo e na região (SILVA, 2009).

Após De La Rúa renunciar a presidência em 2000, quem assume é Eduardo Duhalde até 2003. Seu principal projeto era abandonar o regime de conversibilidade, a desvalorização do peso e dar início a reconstrução da imagem no âmbito internacional, firmado laços com os principais países europeus. Entretanto, o cenário interno não favoreceu o presidente interino, muito pela dificuldade econômica do país e as crises sociais, fazendo com que em 2003 fossem antecipadas novas eleições. Mesmo assim, Duhalde apoiou o então presidente eleito Néstor Kirchner, que concorreu pelo Partido Justicialista (PJ), derrotando assim no primeiro turno os candidatos Adolfo Rodríguez Saá e Carlos Menem (VADELL, 2006).

Suas pautas eram voltadas a institucionalização, autonomista e desenvolvimentista. Segundo o presidente, havia cinco frentes para ser alcançadas na política multilateral: a questão de segurança internacional, na política regional via MERCOSUL, a estratégia na abertura e diversificação dos mercados, nas negociações com relação à saída dos produtos argentinos e a política pela soberania das Ilhas das Malvinas (KIRCHNER, 2003). Observamos que os antecessores de Néstor não diversificavam suas pautas, abordando somente o econômico, isso não supria por inteiro as demandas internas da sociedade, resultando na insatisfação ao governo.

Com a eleição de Néstor (2003), foram lançadas as relações de aproximação entre Argentina, Estados Unidos e os organismos internacionais, que davam ao governo uma manobra assertiva (VADELL, 2006). No aparato interno, o governo de Néstor renovou a política voltando para os direitos humanos, eliminando decretos que protegiam os militares, aprovando “a anulação das leis do perdão (Obediência Devida e Ponto Final), além de promover uma reforma no Judiciário, renovando parte do Supremo Tribunal da Justiça” (FIGUEIREDO, 2005, p. 11). Sendo assim, as novas pautas foram inseridas, agregando resultados positivos no governo de Kirchner.

Podemos analisar a política externa Argentina duas vertentes, a primeira diz respeito à cooperação com a Europa, definida como multilateralismo, e o segundo com a região Sul. Com relação à cooperação com a Europa, a Argentina participa de três aspectos importantes, a primeira sobre a Operação de Manutenção da Paz (OMP), a luta contra o terrorismo internacional e os direitos humanos. A OMP com Kirchner pode ser observada de forma diferente do que tínhamos com os presidentes De la Rúa e Duhalde, existe um número maior de homens nas missões, de 560 homens passou para 1028 homens, enviados para o Haiti. Essa política de segurança internacional sustenta-se em três elementos básicos: a defesa pelos direitos humanos, a soberania e a autodeterminação englobando o multilateralismo.

Seguindo, todos os países da operação OMP tinham seus motivos para participar do Conselho de Segurança da ONU, no caso brasileiro participou para ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Chile, por sua vez, estava como aliado, pois havia sido parte da força multinacional provisória, igualmente queria uma oportunidade para melhorar suas relações com os Estados Unidos, muito por conta de sua postura na questão da intervenção no Iraque. No caso argentino, observamos uma alternância na participação dos processos regionais e uma política mais autonomista, mas principalmente para apagar a imagem negativa que passou ao enviar tropas ao Iraque, ademais, para poder negociar junto com os organismos multilaterais de créditos.

O segundo momento da participação Argentina na Europa foi o combate ao terrorismo, um posicionamento que já estava vinculado a sua campanha. Em um discurso feito em Nova Iorque, em setembro de 2004, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Kirchner observa que “não há nenhuma alternativa aceitável para a ação multilateral. Apenas o debate coletivo e do consenso da maioria dos países podem assegurar uma ação genuína. A única legitimidade para o uso da força deve vir das decisões” (KIRCHNER, 2004)⁸, Washington consultou Buenos Aires para enviar tropas para o Iraque, isso foi uma resposta positiva para o governo. Kirchner queria mudar o cenário global de representação, na qual crê que poderia contribuir para a força internacional na resolução de conflitos e de poder enfrentar as ameaças terroristas, alcançando assim a paz, muito ao contrário do discurso feito em 2007 para o Parlamento argentino contra o ataque feito ao prédio da Associação Mutual Israelita na Argentina, naquele ano colocou que as ações deveriam garantir as investigações do ataque e conseguir uma sanção de responsabilidade para os culpados (SIMONOFF, 2009).

Em suma, a Argentina faz uma proposta para a República Islâmica e o Irã, se aceitassem os termos argentinos e respeitassem as competências da justiça, os mesmo conseguiriam enviar os terroristas para julgamento em seus respectivos países. Apesar disso, o Irã e o Estado Islâmico não deram a assistência requerida, fazendo com que fossem denunciados na agenda de segurança dos Estados Unidos, que aborda: “não podemos tolerar a ação dos responsáveis por terrorismo ou de quem patrocinar finanças ou proteger, seja de pessoas ou países” (KIRCHNER, 2007)⁹. Por outro lado, Simonoff (2009) menciona que a Argentina luta contra o terrorismo, talvez por conta da orientação dado por Washington,

⁸ Texto original: “no hay una alternativa aceptable a la acción multilateral. Sólo el debate colectivo y el consenso de la mayoría de los países pueden garantizar una verdadera acción. La única legitimidad para el uso de la fuerza debe provenir de las decisiones (KIRCHNER, 2004).

⁹ Texto Original: “no podemos tolerar la acción de los responsables del terrorismo o patrocinador que financian o proteger a las personas o los países” (KIRCHNER, 2007).

sendo que na tomada de posse de Kirchner ele diz estar disposto e atento para banir esses atos ou por destacar que o país estava exposto a tais ações. Outra questão destacada seria a participação na intervenção de Israel, os analistas criticam essa postura, pois participou amplamente sem consultar os vizinhos. O último aspecto da cooperação Buenos Aires — Europa, diz respeito à promoção e proteção dos direitos humanos. Foi assinado um acordo internacional da convenção Internacional sobre Proteção de todas as pessoas desaparecidas, outro acordo firmado foi à adoção do Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos para o Direito à Verdade.

O período serviu para a Argentina sair da dependência externa dos Estados Unidos para adotar uma política autonomista, com um papel mais ativo no âmbito internacional, para alcançar seus interesses nacionais. A integração serviu como mecanismo para tal, pois era um instrumento que assegurava a posição Argentina dentro do contexto internacional, garantindo assim seu desenvolvimento interno (ALLENDE; GRANATO, 2013).

Quanto às relações externas com o hemisfério Sul, delimitou-se para âmbito sul-americano e não América Latina, com exceção de Cuba e México, destacamos dois momentos importantes: a adoção do processo de integração regional e a parceria com o Brasil. Por mais que a relação brasileira e Argentina tivessem altos e baixos, o condicionamento para essa relação teve significado importante, pelo fato dos dois presidentes, Néstor e Lula, darem importância para a região sul. Podemos citar três aspectos que dificultaram a relação Buenos Aires — Brasília, o primeiro com a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas uma disputa pelos assentos semipermanentes aconteceram em 2004 e 2005, sendo que os principais países apoiaram a eleição do Brasil, porém, segundo o argentino Cesar Mayoral, o número de membros permanentes não deveria aumentar, mas sim o número de observadores e que deveria ser autorizados para reeleição sem haver privilégios; o segundo seria a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) e o último as estratégias abordadas por cada governo para tentar sanar a dívida (ALLENDE; GRANATO, 2009).

Tornou-se clara a diferença entre “reforçar” e “priorizar” para Kirchner, fazendo com que a Argentina passasse por um dilema, seria a solução priorizar a relevância de cada parceiro, levando em conta o Brasil e MERCOSUL sendo essa sua margem para sustentar a manobra internacional. No caso brasileiro, a visão com a cooperação Argentina era de fortalecimento integracionista via CSN não somente MERCOSUL, diferente do caso Argentina que via o MERCOSUL como sua principal estratégia internacional. O Brasil procurou medidas para fortalecer suas relações com os países Sul-americanos, porém sem abandonar o apoio aos países como a China, Estados Unidos, França Grã-Bretanha e Rússia e

também com seus parceiros do G-4 como Alemanha, Japão e Índia, diferente de Néstor, que em um primeiro momento deu a entender que viria com uma política de aproximação com os Estados Unidos, mas que mudou no caminho dando lugar a parceria no Cone Sul.

Em um primeiro momento a relação com o MERCOSUL e Brasil somente foi usada para fazer frente ao seu adversário eleitoral, o então candidato Carlos Menem, sem derivação no plano externo (ONUKEI, 2008). Isso explicasse pelo fato do país estar tentando superar a crise, através de negociações com o FMI e todos os órgãos que pudessem ajudar naquele momento, principalmente a Venezuela. O período não era favorável para os argentinos, sendo minimizadas algumas propostas na área de política externa (ONUKEI, 2008). Ao passar dos anos a parceria com o Brasil foi priorizada, utilizando essa relação como instrumento de poder para negociar frente aos comércios internacionais, principalmente a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o G-20¹⁰ com relação aos Estados Unidos e a União Europeia. Contudo, a falta de harmonização entre os dois países, principalmente pela convergência entre a Comunidade Sul- Americana das Nações (CASA)¹¹ e a Argentina deram novamente incertezas dessa relação, afetando à cooperação regional e internacional, muito por conta também, da disputa pela eventual reformulação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (VADELL, 2006).

O relacionamento entre Argentina e o Fundo Monetário Internacional (FMI) também serviu como impasse para a integração com o governo brasileiro, segundo o presidente argentino a falta de apoio do presidente Lula chamou a atenção de Néstor. “A relação entre os dois países foi novamente abalada por conta de a Argentina adotar medidas para proteger sua indústria local dos brasileiros, isso fez com que as importações da ‘linha branca’ (como fogões, geladeiras, máquinas de lavar louça, etc.) fossem restringidas para os brasileiros

¹⁰Tradução nossa: “G20 foi iniciado em 1999 e é composto por Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e da União Europeia (UE). Antes da eclosão da crise financeira global em 2008, as reuniões do G20 de Ministros das Finanças e Governadores do Banco Central foram realizadas para discutir as políticas financeiras e monetárias internacionais, reforma das instituições financeiras internacionais e desenvolvimento da economia mundial. Cúpula dos primeiros líderes do G20 foi realizada em 2008. Em setembro de 2009, a Cimeira de Pittsburgh anunciou G20 como o principal fórum para a cooperação econômica internacional, marcando um importante avanço na reforma global de governação econômica. O Cimeiro décimo foi realizado em Antalya, na Turquia, em novembro de 2015” (G20 SITE OFICIAL, 2015).

¹¹“A Casa, como é conhecido o bloco, é uma união de todos os países da América do Sul através da integração do MERCOSUL – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – da Comunidade Andina de Nações (CAN) – Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – além de Chile, Guiana e Suriname. México e Panamá participam como observadores. O objetivo do grupo – criado por chefes de Estado no Peru em dezembro 2004 – é integrar o continente sul-americano no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, nos moldes da integração feita em outras partes do mundo, como na Europa. O documento fundador da Casa é a Declaração de Cuzco”. (BBC BRASIL, 2006).

(FIGUEIREDO, 2005). A partir de 2005, a integração passa a ser considerada como uma prioridade nos acordos para reduzir a desigualdade social e a fome, fazendo com que a cooperação entre os dois países (Brasil e Argentina), tornasse mais forte, gerando uma preocupação em Washington (SIMONOFF, 2009).

Em 2006, a relação com o Brasil acaba assentando-se, além disso, o governo argentino aproximou-se do restante dos países latinos, muito por conta da ascensão dos partidos de esquerda e pela forte representatividade popular dos países como Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Uruguai, fazendo influenciar na política externa de Néstor. Embora as relações entre Brasil e Argentina estivessem embasadas e às vezes conflituosas, os dois países não deixaram de estreitar suas cooperações, fazendo com que fossem criados novos órgãos dentro do MERCOSUL, apesar disso, a Argentina procurou unir-se com novos parceiros, como foi o caso da Venezuela, por conta da diplomacia do petróleo de Hugo Chávez, fazendo com que muitos críticos reprovassem seu comportamento, como Carlos Pérez Llana, segundo ele: “este gobierno no tiene política exterior porque no há definido una lectura del mundo. Tampoco sabe quiénes sons sus sócios, quiénes sons sus aliados, a quiénes nos queremos parecer, si a modelo populista o al socialdemócrata” (RAMOS, 2006, apud SILVA, 2009, p.102)¹².

Apesar das vulnerabilidades internas adquiridas pela crise cambial do país afetando na inserção internacional, tendo quebra de crédito público e o aprofundamento da deterioração que aconteceu com relação aos países europeus, a Argentina conseguiu fortalecer a parceria com o Brasil e o MERCOSUL. Entretanto, alguns contratemplos acabaram atrasando o processo regional, no Chile houve um impasse por conta da disputa do gás e no Uruguai pelo conflito ambiental, isso explica-se pelo fato de a Argentina conduzir sua política interna projetando-se para o cenário internacional. (BALZE, 2009). Em suma, apesar dos desentendimentos com o Brasil e seus vizinhos, a Argentina assumiu o MERCOSUL como uma das suas principais diretrizes externas e também como um projeto político do processo regional, culminando mais tarde como ganhos comerciais para a Argentina.

3.4 POLITICA EXTERNA DE CRISTINA KIRCHNER (2007-2014)

¹²Tradução nossa: este governo não tem política exterior, porque não há definido uma leitura do mundo. Tampouco sabe quem são seus sócios, quem são seus aliados, a quem devemos parecer, se a um modelo populista ou social- democrata (RAMOS, 2006, apud SILVA, 2009, p.102).

A eleição de Cristina Kirchner, que obteve 45% (quarenta e cinco por cento) dos votos, não surpreendeu muito pelo fato da candidata ter prosseguido os bons resultados de seu marido. A presidente tinha dois desafios internos, primeiro era recuperar a tradição política peronista e o segundo superar as elevadas inflações, levando em consideração os desafios da modernização e do desenvolvimento. Entretanto, pautas como ameaça da inflação, crise energética e denúncias de corrupção, refletiram de forma negativa na campanha eleitoral da presidente. A mídia argentina constatou que a campanha eleitoral de Cristina Kirchner foi “minimalista”, já que a presidente deu poucas entrevistas, evitou debates e sua política externa foi considerada mais de continuidade do que mudanças (ONUKI, 2008). Contudo, apesar de ser criticada, Cristina Kirchner pareceu dar um tom diferente a sua política externa visitando vários países estratégicos, durante o período eleitoral visitou o Brasil, encontrando-se com Lula e empresários locais, ainda viajou para a França, Espanha, os Estados Unidos, Venezuela e Suíça, apesar disso, os objetivos das viagens seguiram-se o mesmo do governo anterior (SILVA, 2012).

Em seu primeiro ano de mandato em 2008, sua política externa foi dividida em dois pontos, o primeiro seria a parceria estratégica com o Brasil, e um segundo momento acordos comerciais e políticos com a Venezuela. Os analistas esperavam uma política externa mais ativa por parte de Cristina Kirchner. Em 2008, Lula visitou a presidenta a fim de quebrar os momentos de desconfiança entre os dois países, também para concluir um acordo de cooperação nuclear e construções de usinas hidrelétricas binacionais (SILVA, 2012). Em 2009, o presidente Lula foi novamente convidado a visitar o país, realizando alguns avanços na integração, reafirmando trinta e quatro compromissos, alguns deles relacionados ao Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil— Argentina, apesar de a parceria ter avançado em 2010, a Argentina alegou estar com déficits comerciais, com isso Kirchner implementou licenças não automáticas com relação a vários produtos brasileiros e até mesmo outros membros do bloco, fazendo gerar um desconforto e havendo alguns protestos durante a cúpula do bloco. As medidas prosseguiram em 2011, entretanto, houve retaliação por parte do Brasil, o que causou um congelamento das importações de veículos argentinos dentro do país (SILVA, 2012).

Ainda durante o período de 2010, Néstor Kirchner acaba falecendo, fazendo com que a política externa de Cristina mudasse o modelo e sua composição de grupos que a apoiavam. Houve um distanciamento do modelo peronista histórico para um novo grupo chamado La Cámpora, liderado pelo seu filho, Máximo Kirchner, afastando o plano político encontrado nos primeiros anos de seu governo. Cristina escolheu para vice-presidente o então Ministro da

Economia, Amado Boudou em sua reeleição. Embora houvesse essa mudança na conjuntura interna, à substituição de Jorge Taiana, por Héctor Timerman considerado um “ortodoxo ultra-kirchnerista” para Ministro das Relações Exteriores, deixa certa dúvida se essa seria uma nova orientação na política externa ou se ocorreria um aprofundamento isolacionista do Ministro nas decisões iniciadas por Néstor Kirchner (ONUKEI, 2008).

Algumas propostas foram requisitos para a eleição de Cristina Kirchner, o pagamento da dívida externa e ampliação dos mercados que foram usados pela presidente a fim de fortalecer a indústria local, chamado também de “modelo de acumulação de matriz diversificada com inclusão social”. O modelo foi lançado em 2003 para reconstruir a Argentina internacionalmente, sendo reformulada no governo Cristina (SILVA, 2012). Contudo, apesar do modelo ser considerado um sucesso internamente, chegando até mesmo a uma rápida recuperação, uma nova crise alastra-se pela América Latina em 2008 fazendo com que o modelo já não bastasse.

Apesar de a Argentina ter como principal parceiro comercial os Estados Unidos, as crises e desentendimentos acabaram cessando e até mesmo desgastando essa relação, assim sendo, a cooperação com o Brasil e outros integrantes do MERCOSUL foi uma solução para o caso. Essas medidas negativas por parte da Argentina, fez com que a presidente fosse eleita com o discurso de que o MERCOSUL poderia ser ampliado, até mesmo defendendo o ingresso da Venezuela, o bloco deveria diversificar suas pautas de exportação e superar ameaçar de crises mais graves, contrário ao seu opositor da União Cívica Radical (UCR). Segundo a presidente, a integração latino americana é um instrumento para ampliar o processo regional, entretanto, Cristina Kirchner não deixou claro quais eram suas propostas para o bloco, parecia ser mais uma parte dentro da política externa, que também sofreu com as faltas de propostas.

Contudo, quando a então presidente reelege-se a política regional acaba sendo prioritária em seu plano de ação, fazendo com que o eixo principal ganhasse destaque sobre a temática da integração energética, aumentando assim os investimentos na Petrobrás, estatal petrolífera brasileira, na Argentina. Com os investimentos sendo feitos, houve uma leva alavancada na atividade econômica durante os últimos anos, elevando o consumo de energia das indústrias argentinas, fazendo com que os principais produtores de gás e petróleo como Bolívia, Venezuela e Brasil.

Em 2011, quando a então presidente Dilma Rousseff foi eleita no Brasil, as duas encontram-se para discutir na aceleração da construção de duas novas usinas hidrelétricas (Garabi e Panambi) na Bacia do rio Uruguai (SILVA, 2012). Em geral, podemos notar que as

presidentes deram ênfase para a parceria, do lado argentino de Cristina Kirchner os Estados Unidos já não eram seu principal aliado, o bloco e o processo regional viraram sua temática principal.

Outro ponto a ser analisado na agenda externa da Argentina, são as questões das Malvinas, na qual envolveu o MERCOSUL e o Brasil. Ocorrendo uma continuidade no processo do governo de Cristina e Néstor Kirchner, os presidentes optaram por negociar sobre o âmbito das Nações Unidas, com aproximação de acordos bilaterais com a Grã-Bretanha. Em 2010, a relação com o Brasil foi de proximidade, por conta dos brasileiros apoiarem os argentinos logo após os atritos estabelecidos no Reino Unido com relação à exploração de petróleo dentro das ilhas Malvinas. No ano seguinte, o MERCOSUL e seus membros, mais os associados Venezuela, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador durante a 39ª cúpula, retiraram seus apoios à reivindicação da legitimidade pela soberania das ilhas Malvinas e uma solução pacífica e rápida para o conflito com o Reino Unido. Segundo Silva (2012) “em comunicado conjunto afirmaram que a solução deve estar em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e as declarações dos foros regionais e multilaterais, rejeitando a adoção de qualquer medida unilateral” (SILVA, 2012, p. 24). Logo após a Cúpula do MERCOSUL proibir o aporte de barcos com bandeiras das ilhas em seus portos, a Grã-Bretanha adquiriu uma visão mais agressiva quanto ao problema. No ano seguinte, em 2012, os países europeus juntaram-se com mais de 16 países que integram a Comunidade do Caribe (CARICOM) ratificaram um acordo que preconizava a autodeterminação dos povos dentro da ilha (CEPIK; SILVA, 2012).

A diferença entre a maneira de conduzir a política externa de Néstor e Cristina Kirchner está nos movimentos mais juvenis e sociais em detrimento das organizações políticas com destaque aos sindicatos tradicionais, esse fator fez surgir o movimento chamado cristianismo, uma articulação de movimentos diversos com participação de jovens em torno da representatividade de Cristina. Essa maneira de conduzir trouxe novos destaques na Argentina com uma diplomacia presidencial de alto perfil, alguns mecanismos como as críticas financeiras geradas pelos países desenvolvidos e à defesa incondicional dos direitos humanos (SILVA, 2012).

Entre os períodos de 2008 até 2011, temos uma política externa baseada em aprofundar o projeto político iniciado por seu marido, mudança essa que acontece durante sua reeleição, gerada também pela crise financeira mundial. A meta geral seria de limpar a negatividade e a frustração com os Estados Unidos e dar continuidade na relação estratégica com o Brasil e MERCOSUL.

4 PERSPECTIVAS BRASILEIRA E ARGENTINA PARA O MERCOSUL (2003-2014)

O Mercado Comum do Sul— MERCOSUL foi criado em 1991, assumindo personalidade jurídica em 1994, nesse mesmo ano foi determinado que o bloco caracterizar-se-ia como comercial, com formato de um mercado comum coeso, podendo mais tarde ser evoluído para uma organização mais avançada sendo englobado o político, econômico e o social, até atravessar a parte meridional do Cone Sul. Os objetivos gerais dos Estados-membros que celebraram o tratado seria uma área plenamente integrada, com deslocamento dos principais fatores produtivos de cada país, bem como uma cooperação econômica mais avançada como uma moeda comum de todos os países membros. Além disso, no âmbito político e diplomático buscava-se a harmonização e atração das particularidades nacionais e regionais que pudesse atingir a importância do bloco no cenário internacional, as pautas estavam ligadas a uma defesa da segurança, uma política externa mais linear e as negociações multilaterais (ALMEIDA, 2011). Sobre isso, Pecequilo (2012) ressalta:

Composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (os Estados partes), o MERCOSUL nasce em um contexto de alinhamento das diplomacias do Cone Sul à agenda neoliberal, ampliando e aprofundando os objetivos originais da relação bilateral Brasil-Argentina. No âmbito da IA, os países sul-americanos sinalizavam aos EUA de Bush pai sua adesão às propostas norte-americanas e às demandas financeiro-econômicas do Consenso de Washington. Todavia, a lógica do MERCOSUL guardava iniciativas diplomáticas de autonomia, que se tornaram prevaletentes do lado brasileiro a partir de 1992 com o impeachment de Collor. De 1991 a 1994, o MERCOSUL concentrou seus esforços na dimensão econômico-comercial, estando na base de sua criação o objetivo da formação da União Aduaneira e as livres trocas de capital e trabalho. Todas as discussões referentes ao comércio no bloco respeitam as demandas do GATT neste período, assim como as da OMC. A partir de 1993, a dimensão de autonomia do MERCOSUL predominou sobre as políticas de alinhamento com a Presidência de Itamar Franco. Franco, com FHC e Celso Amorim no MRE em suas respectivas gestões, torna o MERCOSUL “prioridade número um” da agenda internacional. Somado ao aprofundamento da integração no Cone Sul, foi apresentada a ALCSA, que serve de modelo para a IIRSA, a CASA e a Unasul O projeto do Merconorte foi pensado, mas sua proposta não teve avanços significativos. Visando avançar o MERCOSUL, em 1994 foi assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção (Protocolo de Ouro Preto), que estabelece a estrutura institucional do bloco. O Protocolo entra em vigor em 1995, dotando o MERCOSUL de sua personalidade jurídica como ator internacional (organização intergovernamental). A partir deste protocolo, estabelecem-se como objetivos a implementação da Tarifa Externa Comum (TEC) no prazo de dez anos (2006), a consolidação da união aduaneira e o compromisso de estabelecer acordos extrarregionais tendo o MERCOSUL como núcleo e posições comuns em negociações comerciais. A TEC tem como objetivos: a facilitação do comércio entre os membros do bloco, uma unidade tarifária para o comércio extrarregional e negociações, a redução das assimetrias, a atração de investimentos e dinamização econômica (PECEQUILO, 2012, p. 264).

O principal problema desse processo está ligado à instabilidade macroeconômica dos países do bloco, dificultando o processo na medida em que os Estados entram numa fase de desenvolvimento da política comum, que ultrapassa a liberalização comercial e as assimetrias de poder entre o Brasil e os outros países do bloco, deixando claro o impasse com a questão da crise Argentina (HOFFMANN; HENZ, 2004). Essa desigualdade desenvolvimentista entre os Estados dificulta o processo de integração regional na visão econômica e comercial atrapalhando na agenda de discussões do bloco.

O MERCOSUL na política externa de Lula, Dilma, Néstor e Cristina Kirchner passaram por mudanças significativas, uma delas está relacionada em auxiliar a estabilização das bases para realizar o projeto no continente com fatores que os unissem através do diálogo, pela valorização da democracia e por várias redes de acordos comerciais (VIEIRA, 2014).

No âmbito econômico, o bloco é fundamental para desenvolver as indústrias regionais, sendo o comércio intrazona sua principal característica. O Brasil comercializa como um montante que ultrapassa o comércio direto com outros continentes, sendo que o MERCOSUL é o destino dos produtos primários e manufaturados responsáveis por cerca de 80% (oitenta por cento) das exportações brasileiras. Isso acaba viabilizando a criação de empregos com salários altos e estimulando o valor dos produtos vendidos, acabando por gerar receita e impostos. Ao passar do tempo, o bloco começou a possibilitar novos temas que abordassem não somente o econômico, como também acordos para os cidadãos mercosulinos, chamada de a carta do cidadão do MERCOSUL, entre os temas abordados estão à residência, trabalho, seguridade social, integração educacional e turismo, assegurando em um desenvolvimento unificado da cidadania comum dentro da região (VIEIRA, 2015).

Na questão do MERCOSUL observamos uma integração regional que trata de um lado modificar o “viés neoliberal” e comercial, caracterizando o plano de fundo do bloco, introduzindo certas políticas de redistribuição ou favorecimento nos moldes da integração produtiva (RUIZ, 2007).

4.1 AS POLÍTICAS DE LULA E NÉSTOR PARA O BLOCO (2003-2007)

Para salientarmos as políticas externas adotadas pelos dois países, primeiramente precisamos destacar quais são os agentes que as formulam. Quando Néstor e Lula assumem em seus respectivos países, o modo como a política foi articulada acaba mudando as temáticas e também quem as elaborava, do lado argentino a Chancelaria é mais autônoma e permeável do que o Itamaraty, devido ao aparato histórico que o Estado argentino colocou em sua

formação externa. No âmbito doméstico, ocorreu um consenso dos dois governos que adotaram medidas mais ortodoxas de um lado e outras mais heterodoxas no ambiente econômico, porém, o país priorizou a forma pela qual se assumiu o MERCOSUL e do outro, uma visão mais liberal, que privilegiou a evolução do bloco com medidas progressistas (SARAIVA, 2009).

Do lado brasileiro, o Itamaraty, basicamente formado por autonomistas que tornaram-se os administradores da política externa de Lula, reforçavam a construção de uma integração forte e solidificada, sendo assim, o Itamaraty preserva o processo integrado mais abrangente e aprofundado, levando em conta pautas políticas, culturais e sociais (FERREIRA, 2015). No governo Lula a perspectiva em torno do MERCOSUL lança-se como um instrumento de poder que pode auxiliar o Brasil na região, proporcionando acesso aos mercados internacionais, além de ajudar o país na escala global.

Focando nisso, o Itamaraty lançou em 2003 a discussão além do comércio, passando para a democracia, infraestrutura e a segurança do MERCOSUL, trazendo em seu discurso a ideia de impulsionar a integração através das bases estruturais já existentes. Apesar dos temas acima serem debatidos em cúpulas, foi na área de infraestrutura que o bloco teve maior êxito, graças a um encontro realizado em Brasília que reuniu todos os membros do bloco, criando assim, segundo Cervo (2008, p.169), as bases para “um plano audacioso de integração da infraestrutura regional na América do Sul, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)”.

A IIRSA surgiu como um fórum de debates para a promoção de desenvolvimento da infraestrutura de transportes, energia e comunicações sobre uma perspectiva regional, visando à integração física dos territórios. O que se propunha era a implementação de projetos que, dentro da visão estratégica para o continente, pudessem gerar corredores de integração, franjas multissetoriais, onde os investimentos em infraestrutura levassem ao desenvolvimento sustentável das regiões isoladas. Partia-se do princípio de que as iniciativas de integração anteriores tiveram como uma das causas de seu insucesso o gargalo do escoamento da produção, que encarecia o transporte interno. A positividade gerada por essa discussão foi tão intensa, que a IIRSA embasou as reuniões seguintes dos presidentes da América do Sul. Dentro dos projetos-âncora do IIRSA para os eixos, encontram-se abrigados internamente por planos de desenvolvimento sustentáveis: a) Rodovia Cuiabá-Santarém, pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da rodovia BR-163, elaborado em 2003. b) Melhoramento na navegabilidade do Solimões-Amazonas, Ponte Binacional sobre o Rio Mamoré, entre Guaramirim e Guajará-Mirim, Navegação do Rio Madeira no Plano de Desenvolvimento da Região Sudoeste da Amazônia, ainda em fase de tramitação interna no Governo Federal para formação de grupo de trabalho responsável por sua elaboração. c) Redes Fluviais Amazônicas, abrangida a parte do Pará pelo Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago de Marajó. d) O eixo do Escudo das Guianas tem suas ações abrigadas sob a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França com a elaboração de projetos espelho entre Brasil e Guiana. (CORRÊA, 2010, p. 13-16).

Pensando nisso, em 2004 foi criado o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM), com a função de executar novos mecanismos para ajudar os países mais pobres. O fundo apresentou medidas de cunho singular que fortaleceu o processo regional. Seu objetivo geral era “financiar projetos de melhorias na infraestrutura das economias menos robustas do bloco – o Paraguai e o Uruguai – bem como melhorar as condições das regiões menos desenvolvidas e promover o desenvolvimento social nas zonas de fronteira” (SIMÃO, 2014, p. 50). Para auxiliar o FOCEM, quem financiou os projetos foi o então BNDES, as medidas ajudariam a reduzir também a assimetria existente que poderiam comprometer o bloco. Gonçalves (2013) analisou que durante o período de 2011 se somando o total até a data, o banco teria contribuído na região com cerca de US\$ 1,7 bilhões, para ajudar principalmente a Argentina e a Venezuela. “Desta forma, no ano de 2011, os empréstimos realizados pelo BNDES na região representaram o dobro dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial” (GONÇALVES, 2013, p. 57).

Lula e Néstor assumiram três principais campos: o político, que envolve MERCOSUL; o econômico, que teve um aumento por conta do bloco e a parte sociocultural, os dois presidentes acrescentaram em suas pautas externas demandas sociais, utilizando-se como instrumento de poder. Como já mencionamos nos capítulos anteriores os dois primeiros campos, passaremos direto para a área social. Sendo assim, o presidente utilizou-se da “diplomacia cultural”¹³, historicamente a cultura não foi mencionada como política externa em nenhum governo anterior, se comparado também com alguns Estados. A explicativa para isso dá-se por fatores internos, tais como o orçamento nacional dedicado ao setor cultural, bem como a ausência de uma política mais efetiva nesse meio. O presidente utiliza-se dessa diplomacia por conta do combate a redução das assimetrias existentes no MERCOSUL e o contexto regional sul americano, sendo utilizado nessa instância para auxiliar na aproximação com seus vizinhos (FERREIRA, 2015). Sendo assim, Lula coloca:

[...] O MERCOSUL que nós acreditamos não é o MERCOSUL eminentemente comercial. O MERCOSUL que nós queremos tem de ser comercial, político, econômico, social e cultural. Porque somente assim ele se tornará forte e

¹³ “A diplomacia cultural seria a projeção da cultura de um Estado (patrimônios, atividades) por parte de sua diplomacia, para a realização de objetivos relativos à política externa” (FERREIRA, 2015, p. 9).

competitivo com outros blocos econômicos criados no mundo. [...] Pela arte, afirmamos nossas personalidades individuais e fortalecemos nossa identidade coletiva. O conjunto acaba sendo maior do que as partes (LULA, 2005).

Nessa perspectiva, Lula juntamente com Néstor iniciaram alguns programas que pudessem fortalecer a região envolvendo a cultura, a partir dessa percepção começa-se a pensar em cultura como política externa, em 2003 foi criada a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM). Com bases nesse acordo que o bloco criou em 2010 a Universidade Federal da Integração Latino Americana, instalada em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, na qual envolvia Brasil, Argentina e Paraguai. A universidade foi um dos símbolos do terceiro ciclo das relações internacionais do programa do Governo Federal de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com início no ano de 2003, surgindo para compreender a educação como um vetor do setor de desenvolvimento sócio econômico (FERREIRA, 2015). A função do programa era adotar a criação de novas instituições federais que pudessem auxiliar na região, servindo como estratégia para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão no processo de integração e cooperação entre os países.

Dando continuidade no projeto dado ao bloco em 1994, foi lançada em 2002 no equador, a I reunião de Presidentes Sul- Americanos, que em decorrência das crises do processo de integração do MERCOSUL, do colapso argentino, das dificuldades políticas da maioria dos países do sul e as instabilidades financeiras dos Estados Unidos e mundial, o encontro serviu para demonstrar a vontade brasileira de avançar nos acordos de cooperação de cunho econômico e político. Já a II reunião, ocorrida em Guayaquil no mesmo ano, resultou em alguns consensos no continente em decorrência da agenda e o crédito dado ao Brasil pela manutenção dos esforços na tentativa de fortalecer a relação sul-americana, resultando em êxito. As câmeras setoriais seriam as responsáveis pelas obras prioritárias e que identificavam os obstáculos nas normativas e instituições que impediam o desenvolvimento em conjunto, que davam as iniciativas para amenizar os marcos regulatórios, que buscavam as coordenações no âmbito regional. A III reunião em 2004, na localidade de Cuzco, com o presidente Lula no poder brasileiro e Néstor na Argentina, levou como pauta principal a agenda condensada para programas que visavam os projetos prioritários financeiros com base na apresentação de projetos que viabilizariam a economia, sendo também discutido a sustentabilidade ambiental e social. Foram 31(trinta e um) projetos prioritários, com 28 (vinte e oito) na área de transporte, 2 (dois) na área de comunicação e a 1 (um) no âmbito de energia.

Os recursos seriam beneficiados pela Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo também necessário recorrer aos fundos privados, que pudessem atuar na inovação das lideranças compartilhadas e promovendo a sociedade civil. “Ainda na mesma reunião, a consolidação da ideia de espaço sul-americano encontrou instituição na UNASUL” (CORRÊA, 2010, p. 16).

Em 2006, durante o I Encontro por um MERCOSUL social e produtivo, na cidade de Córdoba, Argentina, acontecia entre as organizações e movimentos sociais dos Estados Partes do MERCOSUL encontros que reunissem semestralmente políticos na Presidência Pro Tempore (PPT), nessas reuniões eram discutidos os posicionamentos políticos a cerca de temas diversificados nas pautas internacionais e regionais, além disso, buscava-se o consenso e as realizações de propostas dentro do bloco sobre tais temas. As Cúpulas Sociais tinham o dever de expressar por parte dos Estados o compromisso com a criação e a fortificação de canais de representatividade política e participações sociais no MERCOSUL (MERCOSUL, 2014). A cúpula social foi um mecanismo de ação dos dois países, juntamente com o Parlamento do MERCOSUL e a Unidade de Apoio à Participação Social (USP) para unir os movimentos populares da região, com intuito de organizar e construir com o bloco, planos de estratégias para o processo regional, contando com a perspectiva de ter um acervo de posicionamentos políticos que pudessem debater as propostas políticas.

Isso acabou refletindo para novas áreas do bloco como a assinatura do Protocolo de Olivos (2002), a criação da Secretária Técnica, uma aliança que pudesse fortalecer a coordenação macroeconômica entre Brasil e Argentina, para que se tivesse uma futura moeda comum entre os membros. Apesar dos dois países estarem tentando incluir novas temáticas, a verdade é que Brasil e Argentina precisariam ir mais afundo, além disso, precisariam resolver problemas já acumulados nos acordos firmados, como em áreas de investimentos, serviços e defesa nacional. Sendo igualmente fundamentada a criação de mecanismos para o MERCOSUL que permitissem uma infraestrutura melhor e corrigida para que ocorresse uma melhor expansão nos intercâmbios entre os países. Na área financeira, englobando a coordenação macroeconômica, cambial e monetária, precisou de novos caminhos para o bloco, principalmente um modelo novo do que já lançado em 1994, isso porque a década da criação do MERCOSUL foi um período conturbado para os principais sócios-membros do bloco, a primeira década foi marcada pela construção de um esqueleto comercial, o novo período de inauguração, pode ser da base da criação integracionista financeira e monetária, eliminando assim as barreiras comerciais e as imperfeições da zona de livre comércio e união

aduaneira (CARVALHO, LYRIO, 2003). “O incremento da economia dos países que compõe o bloco é uma condição indispensável para que a integração deixe de ser virtual, possibilitando uma ação estratégica no plano global que reverta à marginalização crescente que a região sofre” (VISENTINI, 2013, p. 114).

As economias e as alianças dos Estados partes auxiliaram para que as relações internacionais do MERCOSUL ascendessem, dando enfoque às negociações com bloco como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e com parcerias intra e extrarregional, são eles:

Listando estes acordos devem ser mencionados na América do Sul os acordos com os Estados associados ao bloco em termos intrarregionais: o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile (ACE-35) assinado e em vigor desde 1996, o 165 Segundo o site do MRE, negociações extrarregionais referem-se às negociações com “países e grupos de países desenvolvidos e com algumas economias emergentes situadas fora da América Latina e do Caribe”. Os intrarregionais correspondem à América Latina e Caribe. As Relações Internacionais do Brasil Política Internacional Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Bolívia (ACE-36) assinado em 1996 e que entrou em vigor em 1997, o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Peru (ACE-58) e o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Colômbia/Equador/Venezuela assinado em 2004 e em vigor desde 2005 (ACE-59). Outros acordos intrarregionais são o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-México (ACE-54) de 2002, que entrou em vigor em 2003, o Acordo de Complementação Econômica Automotivo Mercosul-México (ACE- 55), internalizado em 2002, e o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Cuba (ACE-62), assinado em 2006, em vigor desde 2007. Além disso, desde 2004, existem negociações na estrutura da ALADI visando a criação de um Espaço de Livre-comércio entre seus países membros. Neste mesmo ano formalizaram-se os acordos entre o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN), que já vinham sendo negociados desde a Cúpula de Brasília em 2000. Na dimensão dos acordos extrarregionais do Mercosul encontram-se: o Acordo do Jardim das Rosas com os EUA (4+1) em 1991, o Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul e União Europeia (1995), o Entendimento de Cooperação sobre Comércio e Investimentos e Plano de Ação com o Canadá (1998), a Declaração sobre Cooperação em Comércio e Investimento e Plano de Ação com a AELC (Associação Europeia de Livre-comércio, 2000), o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) com a Índia e a SACU (visando o estabelecimento de uma área de livre-comércio) ambos de 2004, o Acordo Regional de Livre-comércio com Israel (2007) e o Acordo Quadro para o Estabelecimento da Área de Livre-comércio Brasil-Turquia (2008). Em 2010, foram iniciadas conversações para o estabelecimento do Acordo de Livre-comércio Mercosul-Egito e, em 2011, Acordo de Livre- -comércio Mercosul-Palestina, ainda em negociação. Outras negociações extrarregionais em andamento são as com o CCG (Conselho de Cooperação do Golfo), Jordânia e Paquistão, com a China, o Japão, a Rússia o CER (Acordo Austrália- -Nova Zelândia para o Estreitamento das Relações Bilaterais, Coreia do Sul e Cingapura. Em 2008, realizou-se a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (PECEQUILO, 2012, p. 265).

Os principais interesses do Brasil no MERCOSUL foram na inserção internacional do país no cenário mundial, sempre na busca de uma autonomia em defesa dos seus interesses, como foco principal em seu desenvolvimento econômico. O Itamaraty assumiu seu papel e as

preferências para consolidar-se no âmbito sul-americano, priorizando nossa política multilateral, com presenças em foros mundiais, com tentativa em um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, sendo ampliada sua postura *global trader* para *global player*¹⁴. Por parte da Argentina, sua política externa está atrelada aos centros políticos norte-americanos, porém, houve um aprofundamento nas relações das interdependências no âmbito regional, durante o decorrer dos anos Néstor começou a dar mais importância ao processo regional, dando maior ênfase ao MERCOSUL e seus vizinhos, facilitando assim, o desenvolvimento do bloco e seus principais órgãos (GALDOLI; SENHORA, 2006).

Se fizermos um balanço dos mandatos de Lula e Néstor com perspectivas no MERCOSUL, conseguimos observar algumas situações positivas, os dois países conseguiram abranger novos atores dentro do bloco, temas e novos interesses que pudessem integrar os dois países, levando-os a uma cooperação mútua. Sobre isso Pecequilo (2012) analisa:

A posse do Presidente Lula em 2003 manteve o ciclo iniciado por FHC, intensificando esforços de extensão e aprofundamento com um viés de autonomia e reforço do poder regional. Dentre os projetos encaminhados houve a inclusão de novos Estados associados: Peru em 2003 e, em 2004, formalizaram-se os acordos com a Colômbia, Equador e Venezuela. No caso da Venezuela, sua rede de Mercocidades refere-se aos elementos de paradiplomacia do MERCOSUL, correspondendo à cooperação a nível subnacional. A candidatura a membro pleno do bloco foi igualmente formalizada, e em Julho de 2012, o país tornou-se parte integrante do MERCOSUL. Em termos de aprofundamento, as iniciativas direcionaram-se a ajustes institucionais, projetos de infraestrutura, com elevada interdependência com a IIRSA e na correção de assimetrias econômicas e sociais presentes nos países do bloco. Para lidar com estes aspectos, foi criado em 2004, e estabelecido em 2005 o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). Setores como os de energia e tecnologia igualmente merecem crescente atenção, com foco nos biocombustíveis. Desde 2008, também se estabeleceu o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre Brasil e Argentina para que as importações e exportações possam ser realizadas em suas moedas nacionais (PECEQUILO, 2012, p. 269).

A segunda seria negativa, analisamos que as recorrências fragmentadas dentro do bloco, incentivaram as disputas entre Brasil e Argentina inviabilizando a aliança bilateral entre os dois países. Nos campos que os Estados membros tentaram reorganizar suas propostas podem ser citadas quatro, seriam: o desenvolvimento econômico; a projeção

¹⁴ A diferença entre os dois termos, é que o primeiro refere-se a um país que negocia com o mundo inteiro, ou seja, tem a sua economia aberta. Já o segundo o país que compete no mundo inteiro, um termo usado hoje em dia na era da globalização dos mercados, e muitas vezes com tom pejorativo, como designação dos atores principais do imenso cassino eletrônico em que o mundo se transformou (GALDOLI; SENHORA, 2006, p. 9).

internacional; a estabilidade democrática regional, englobando a financeira e a cooperação bilateral.

4.2 AS POLÍTICAS DE LULA E CRISTINA KIRCHNER PARA O BLOCO (2008-2010)

Cristina Kirchner estava em seu primeiro mandato como presidente, já Lula estava em sua segunda eleição, porém a mudança de governo argentino não significou um abandono na relação bilateral entre os países. Em 2008, quando a então presidente Cristina assume, Lula visita a Casa Rosada na Argentina, a fim de ressaltar a aliança entre os brasileiros e argentinos, com justificativa para alcançar os objetivos nacionais com um projeto mais amplo na área de integração (AGNOL, 2013).

Contudo, o principal problema ainda eram as assimetrias entre os Estados, sendo um elemento chave para as discórdias, isso acontecia pelo fato de que por um lado o tamanho dos mercados consumidores nacionais seriam uma razão negativa para alguns países membros, entretanto, essas assimetrias ainda atrapalhavam na identidade do MERCOSUL. Nos primeiros anos de governo de Lula e Cristina observamos que os mercados estão fortalecidos com as atuações dos países no exterior, como coordenador de suas principais exportações nos produtos de pauta comercial, porém, isso não prova que ajustes de termos intrarregionais que rompem a proteção nacional com áreas frágeis e são protegidos pelo TEC (MACHADO, 2008).

Promovendo diversas áreas, os Estados permanentes e os associados do bloco assumiram a promoção dos direitos Humanos, sendo essa uma condição indispensável para o processo regional. Assinado em 2005, o protocolo envolvendo o Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL assume o caráter de instrumento para o regionalismo, pensando nos direitos humanos como política pública, fortalecendo os instrumentos para o setor democrático, as perspectivas sobre os direitos humanos eram desempenhadas para que os Estados devam respeitar e promover suas eventuais ações, garantindo assim seu desenrolar (MERCOSUL, 2014).

Em virtude do processo, em 2006 foi firmado durante a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Conciliações do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH), um organismo regional sobre a temática de direitos humanos com base no trabalho de igualdade entre os países. Com base nisso, no ano de 2009 foi criada a Instituição de Políticas Públicas

em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH)¹⁵ com objetivo de contribuir na disseminação, implementação e consolidação das políticas públicas, contribuindo assim na identidade da região do MERCOSUL (MERCOSUL, 2014). Os acordos com suporte nos direitos humanos foram abordados justamente por conta do manual do cidadão. O tema era abordado com frequência na política de Lula e também mencionado por Kirchner, fazendo com que as pautas fossem mencionadas dentro do bloco.

Com o passar do tempo o MERCOSUL assinou normas que facilitavam a criação de benefícios e direitos para os mercosulinos, por conta disso, Lula e Cristina Kirchner retornaram ao projeto, podemos destacar alguns deles: o mais recente foi à documentação para viagens na região, ou seja, os cidadãos não precisariam de passaporte para circular entre os Estados membros do bloco, somente a carteira de identidade nacional ou um visto considerado válido, a lei que rege essas propostas está estabelecida pela decisão da CMC Nº 14/11. Outra proposta aprovada pela emenda Nº 28/02, consiste ao direito de residência e trabalho para os mercosulinos sem requerer outros documentos oficiais, senão a nacionalidade¹⁶ (MERCOSUL, 2014). A norma do passaporte está em vigência nos Estados membros até hoje, abordado com êxito nos países.

Um dos acordos de maior relevância do âmbito do MERCOSUL foi à integração educacional do bloco, que consistia em revalidar os diplomas, certificados, títulos e os níveis fundamentais referentes ao ensino médio, técnico e não técnico, abrangendo a pós-graduação. O acordo também previa o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (ARCU-SUL) e o Sistema Integrado de Mobilidade (SIMERCOSUL). Em 2010 foi aprovado o Plano de Ação para a Conformação para auxiliar os cidadãos na integração, cujo se cria o estatuto da cidadania da Decisão CMC Nº 64/10, que visava ampliar e consolidar conjuntos de benefícios e direitos para os cidadãos dos membros do bloco (MERCOSUL, 2014). A revalidação dos diplomas ainda é uma questão a ser pensada, visto que ainda o processo se torna muito burocrático e de longo prazo.

¹⁵ Tradução nossa: “O IPPDH do MERCOSUL é uma instância intergovernamental criada no ano de 2009 pela CMC. Tem como função principal a cooperação técnica, a investigação, a capacitação e o apoio da coordenação de políticas regionais e dos direitos humanos. O IPPDH atingem projetos institucionais relacionados a temáticas prioritárias dos direitos humanos na região, entre as que se encontram políticas de memórias, verdades, justiça e reparação; políticas de igualdade e não de discriminação; políticas de prevenção de violências institucionais e infraestrutura” (MERCOSUL, 2014).

¹⁶[...] O acordo gozam de trâmite facilitado para a solicitação de visto de residência, desde que tenham passaporte válido, certidão de nascimento e certidão negativa de antecedentes penais. É possível requerer a concessão de “residência temporária” de até dois anos em outro país do bloco. Antes de expirar o prazo da “residência temporária”, os interessados podem requerer sua transformação em residência permanente (MERCOSUL, 2014).

Uma área foi estreada na agenda de Lula e Cristina Kirchner, o Protocolo de Cooperação da Saúde sobre Medicamentos foram um dos primeiros acordos que viriam mais adiante, levando tecnologia e inovação em saúde, isso facilitou a ampliação do Mecanismo de Integração e Cooperação Bilateral entre Brasil e Argentina (MICBA), suas ações contemplam uma integração bilateral entre os dois países no plano de trabalho para projetos formulados pelas duas chancelarias. O MICBA foi ratificado em 2011 com auxílio do então mecanismo de cooperação e coordenação bilateral Brasil-Argentina criado em 2007, na qual contemplou quatro áreas, são elas:

[..] A- Economia, produção, ciência e tecnologia; b-Energia, Transporte e Infraestrutura; c- Defesa e Segurança; d-) Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultural e Circulação de Pessoas, e é marco de uma nova, mas não distinta, com relação ao governo do marido e ex-presidente, postura na relação bilateral por parte da Argentina, tomada pela chefe de Estado e sua equipe diplomática (SILVA, 2015, p. 10).

O bloco sofreu modificações ao decorrer dos anos, o MERCOSUL já relacionava suas políticas com áreas diversificadas em segurança interna— externa, assuntos jurídicos e educação. Nessa perspectiva, foi formulado o Mecanismo de Consulta e Concertação Política (MCCP), com objetivo de auxiliar na busca de resoluções para questões internacionais de interesse comum entre os Estados membros e o fortalecimento dos mecanismos para consulta e cooperação sobre pautas de segurança e defesa que existiam nos membros e por último na promoção de suas articulações (CORAZZA, 2010).

Apesar dos avanços no MCCP, os governos de Lula e Cristina Kirchner não apresentaram muitas novidades, isso porque em curto prazo não vimos aprofundamento na área de integração do bloco. A política desenvolvida no âmbito econômico chamada de neodesenvolvimentista argentina e o desequilíbrio novamente do bloco no contexto interno que resultou na “quase” entrada da Venezuela, não ajudou nos avanços que tínhamos desde 2003. No lado do Brasil, o desembaraço da diplomacia e do aparato governamental, com peso no Itamaraty em decisões dos setores mais próximos do PT e avanços autônomos na economia e nas “proativas” dos brasileiros no âmbito internacional, não ajudou nesse processo de avanço. “Embora o presidente Lula tenha chamado a atenção para a necessidade do MERCOSUL reinventar-se e encarar questões relativas ao fortalecimento institucional” (SILVA, 2009, p.10).

A Argentina passou por duas crises internas durante o governo de Cristina Kirchner que afetaram suas relações internacionais, a primeira em 2008 que afetou o setor agropecuário, paralisando a política comercial, degradando o modelo desenvolvimentista que englobava três setores principais Estados, campo e indústria. E a segunda sobre as crises financeiras internacionais, que estava ligada diretamente ao colapso dos Estados Unidos em 2006 sobre as bolhas imobiliárias, provocando assim no ano de 2007 a “crise das hipotecas suprime”, isso fez com que em 2009 esses efeitos atingissem a baixa nos preços dos produtos agropecuários, dificultando o crescimento, que vinha desde 2003. Com esses resultados o MERCOSUL ganhou negociações ativas, durante os foros de discussões, com intuito de obter acesso aos mercados internacionais, reduzindo assim e eliminando barreiras tarifárias e não tarifárias, sendo também eliminados subsídios agrícolas. Com isso, a nível internacional, Kirchner fez com que o bloco projeta-se a nível multilateral, evitando mudanças subidas no processo de reindustrialização dos setores mais sensíveis (GRANATO; ALLENDE, 2013).

Apesar dos avanços e perspectivas alcançadas, havia fatores que não deixavam que o bloco avançasse em alguns momentos, as visões diversificadas pelas pressões internas de cada país e a ausência de conjunturas políticas, atuaram como obstáculos durante o período de Lula e Cristina.

4.4 AS POLÍTICAS DE DILMA ROUSSEFF E CRISTINA KIRCHNER PARA O BLOCO (2010-2014)

Em 2010 Dilma Rousseff foi eleita no Brasil, isso teve um significado para Cristina Kirchner por conta das duas presidentes terem um discurso parecido no que tange ao âmbito multilateral, além disso, Kirchner ainda destacou quatro medidas importantes para aprofundar o processo de integração nesse período: a primeira seria na área de integração produtiva, a integração física, sendo também necessária uma integração na área de infraestrutura, a segunda um novo código aduaneiro que extinguiu a dupla tributação e a última o ingresso da Venezuela no bloco. Em seu primeiro encontro, as duas presidentes salientaram em manter a regularidade dos acordos de alto nível, como o MICBA e dar continuidade ao aprofundamento na cooperação entre os dois Estados nos foros regionais e multilaterais, incluindo principalmente o MERCOSUL e a UNASUL (SLVA, 2012). Entretanto, o cenário brasileiro com Dilma já não era favorável como ocorreu com Lula, sobre isso Gonçalves e Dias destacam:

O contexto internacional enfrentado ao longo do Governo Dilma Rousseff se mostrou bastante distinto do cenário que caracterizou o período Lula. Enquanto Lula acompanhou o expressivo crescimento econômico brasileiro, podendo lançar o país a uma política externa dinâmica e competitiva, Rousseff teve de lidar já no início de seu mandato com a perda de competitividade dos exportadores e queda do superávit da balança comercial. Assim, ao longo deste período a Presidente e seu corpo diplomático tiveram que lidar com os obstáculos que a crise internacional trouxe para a economia e competitividade brasileira. O governo Rousseff manteve os mesmos princípios norteadores da gestão Lula no tocante às relações Sul-Sul, como o multilateralismo, as coalizões com países emergentes e a cooperação Sul-Sul. Todavia, a ênfase nas relações Sul-Sul não teve o mesmo destaque do governo anterior e com isso houve uma redução no protagonismo do país no cenário internacional e questionamentos à política externa. Em relação à América do Sul, o MERCOSUL passou pela sua primeira ampliação desde que foi criado, contando com o ingresso definitivo da Venezuela, em 2012. Após o impeachment sofrido pelo ex-presidente Fernando Lugo no Paraguai, o Brasil, em conjunto com a Argentina, articulou a suspensão do país do MERCOSUL e da UNASUL, assim como aprovou a entrada da Venezuela no bloco sul-americano, que ainda não havia ocorrido por entraves do parlamento paraguaio. No entanto, desde a posse da presidente Dilma foram poucas as ações efetivas no bloco (GONÇALVES; DIAS, 2016, p.4).

Em janeiro de 2011, Dilma Rousseff visita Buenos Aires, tendo como principal pauta a aceleração na construção de duas usinas hidrelétricas (Garabi e Panambi as duas na bacia do rio Uruguai), “uma equação regional que esteve em pauta já no início do governo de Fernández de Kirchner foi à articulação do MERCOSUL com o novo marco regional criado em 23 de maio de 2008, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)” (SILVA, 2012, p.12). No dia 21 de setembro do mesmo ano, a presidente Cristina participou da 66ª Assembleia das Nações Unidas, no encontro Kirchner posicionou-se a favor de Rousseff, com relação aos temas internacionais importantes como: o ingresso da Palestina nas Nações Unidas, a defesa dos direitos humanos, a preocupação com a crise dos países centrais e a regulamentação do mercado financeiro (SILVA, 2012).

Na VI Cúpula do G20, França, que aconteceu em novembro do mesmo ano as duas presidentes inteiraram um comunicado em conjunto manifestando a necessidade de concluir a adesão da Venezuela ao bloco e criar uma expectativa de que o Poder Legislativo paraguaio para que pudessem consentir a Venezuela no MERCOSUL. Além disso, outros setores que já haviam sido importante nos governos de Lula e Néstor seguiram se com Dilma e Kirchner, que construíram uma adoção do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS) estabelecendo novas regras para plena retomada dos trabalhos do Parlamento no bloco e aprovação no FOCEM, sobre pesquisa educação e biotecnologia em assuntos da saúde. E o último tema retomado na Cúpula foi à ocasião de poder refletir sobre o futuro do

MERCOSUL (MERCOSUL, 2011). Todas as Cúpulas já mencionadas tinham como efeito a abertura de espaços para discussões e participações sociais no bloco, ampliando assim sua legitimidade, tornando sua integração menos vulnerável as preferências pessoais ou influências políticas, com isso, suas perspectivas têm repercussão na área doméstica dos Estados até sua própria integração.

Com uma iniciativa do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), juntamente com a Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior promoveram uma ação ao plano estratégico entre 2006- 2010, estabelecendo um núcleo de estudos e investimentos na área de educação do MERCOSUL com o objetivo geral de contribuir para a cooperação interinstitucional entre as universidades dos países membros do bloco, suas metas foram limitadas para trabalhar em grupo de estudos que integrasse representantes de cada país, entretanto, somente entre 2011-2014 os acordos foram assinados e validados. Os propósitos e os objetivos eram:

- Impulsar la reflexión y producción de conocimiento de la Educación Superior en el MERCOSUR vinculada a la integración.
- Promover investigaciones sobre las contribuciones de la Educación Superior a la integración de los países del MERCOSUR.
- Proponer iniciativas y acciones que contribuyan a fortalecer el proceso de formulación de políticas públicas y orientar la toma de decisiones en Educación Superior del MERCOSUR. Los objetivos: 1) Sistematizar información sobre las investigaciones e iniciativas académicas:
 - a. que tengan por objeto el análisis de problemas existentes en la región que demanden estudios conjuntos; y
 - b. que estén relacionadas a la problemática de la ES en el MERCOSUR.
- 2) Promover investigaciones intra-regionales que tengan por objeto la problemática del Sector de la Educación Superior en el MERCOSUR y su contribución a la integración regional.
- 3) Promover investigaciones que tengan por objeto los ejes temáticos establecidos en el Espacio Regional de Educación Superior (ERES).
- 4) Facilitar la comunicación / interacción entre los diversos actores que intervienen en el Espacio Regional de Educación Superior (ERES) y los responsables de la toma de decisiones.
- 5) Elaborar propuestas que contribuyan al fortalecimiento de las políticas para la integración de la ES del MERCOSUR¹⁷ (MERCOSUL, 2014).

¹⁷Tradução nossa: “Impulsionar a reflexão e produção do conhecimento da educação superior do MERCOSUL, vinculada à integração; promover investigações sobre as contribuições da educação superior a integração sobre os países do MERCOSUL; propor iniciativas e ações que contribuam para fortalecer ao processo de formulação de políticas públicas e orientar a toma de decisões em educação superior do MERCOSUL. Os objetivos: 1) Sistematizar informações sobre as investigações e iniciativas acadêmicas: a. que tenha por objeto de análise dos problemas existentes na região que demande estudos conjuntos; e b. que estão relacionados ao problema de Educação Superior (ES) do MERCOSUL. 2) promover investigação inter-regional que tenha por objeto a problematização do setor de educação superior no MERCOSUL e suas contribuições à integração regional. 3) promover investigação que tenham por objeto os eixos temáticos estabelecidos no Espaço Regional de Educação Superior (ERES). 4) facilitar a comunicação/ interação entre os diversos atores que interveem no ERES e os responsabilizem na tomada de decisão. 5) elaborar propostas que contribuam para fortalecer as políticas para a integração do ES no MERCOSUL” (MERCOSUL, 2014).

As perspectivas a cerca do MERCOSUL ao decorrer de 2011 até 2014 eram a inserção de novos membros, sobretudo a adesão da Bolívia e Equador para serem Estados Partes e da Guiana e Suriname como Estados Associados. Na XLV Reunião da Cúpula de Chefes de Estados do MERCOSUL juntamente com os então membros permanentes (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru), concluíram a transição da entrada do Suriname e Guiana no bloco. Em sucessivo na XLVII reunião da Cúpula Dilma ressalta a abrangência que o próprio bloco adquiriu ao longo do tempo com relação ao processo de integração, transfazendo-se com que o bloco atingisse o desenvolvimento econômico, além do social e integracionista. Desde sua criação o bloco ultrapassou o número esperado doze vezes a mais, tendo um acréscimo de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 60 milhões em 2013, sendo esse crescimento um valor maior que a evolução do comércio mundial (ROUSSEFF, 2014).

Em 2013, o saldo comercial do Brasil com o MERCOSUL foi mais do que o dobro do saldo total brasileiro, compensando os déficits comerciais com os EUA de 11 bilhões de dólares e com a UE, de 3 bilhões de dólares; as empresas de capital brasileiro realizaram investimentos importantes nos países do Mercosul, que constituem sua área natural de expansão inicial para o exterior (RAMINA, 2014, p. 229).

Esse saldo positivo de investimentos faz com que as empresas de capital brasileiras façam aplicações dentro do bloco, constituindo uma área natural de ampliação para o exterior. Esses empréstimos feitos através do BNDES para obras de infraestrutura entre países do MERCOSUL concebem contratos com empresas de engenharia, exportando mão de obra e serviços do Brasil, gerando perspectivas positivas da população a cerca do bloco. Fazendo com que “a participação do Brasil no MERCOSUL permitiu contribuir para a consolidação e defesa da democracia na região e, portanto, para a estabilidade em nossa vizinhança imediata” (ROUSSEFF, 2014, p. 201).

[...] Apesar de todos esses resultados, o MERCOSUL é alvo de críticas constantes da imprensa brasileira, que acabou por construir uma imagem negativa do MERCOSUL como sendo um projeto fracassado, prejudicial aos interesses brasileiros, e de uma associação inconveniente para o Brasil com países como a Argentina e a Venezuela. Trata-se não de uma análise baseada em resultados concretos, mas sim de uma posição ideológica que tem como fundamento o fato de o Brasil dever dar prioridade em suas relações internacionais aos países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento, por razões variadas. Entretanto, apesar de todos os êxitos, a integração sul-americana está diante de enormes

desafios. Na América do Sul, há três Estados vinculados à evolução da economia e à estratégia econômica dos EUA pelos acordos de livre comércio que celebraram, e que limitam sua autonomia de política econômica, que são o Chile, o Peru, e a Colômbia, esta afetada pela guerra civil e vinculada pelo Plano Colômbia e pelos acordos militares aos EUA. As tentativas de união sul-americana e ainda mais latino-americana como a Comunidade dos Países Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) enfrentam enorme desafio. São Estados assimétricos, frágeis, vinculados à esfera de influência econômica e política americana. Em relação ao MERCOSUL, Brasil e Argentina têm juntado mais de 50% (cinquenta por cento) do território, da população, do comércio exterior da América do Sul e de sua indústria. Por outro lado, os países do MERCOSUL têm enfrentado suas desigualdades sociais e econômicas com políticas de redução da desigualdade social (RAMINA, 2014, p.201).

O país que conseguiu alcançar maiores índices de redução das desigualdades e do analfabetismo foi à Venezuela. O Brasil apesar dos programas de inovação, ainda precisava melhorar em alguns aspectos como a redução da pobreza, a Argentina também alcançou índices satisfatório, contudo, alguns críticos analisam que os países da América do Sul ainda precisam melhorar sua prioridade na construção do processo político e das instituições de integração para que possamos ter um desenvolvimento econômico e político a partir do MERCOSUL. Perguntado a Patriota qual a relevância do MERCOSUL para a região Sul-Americana o mesmo responde “MERCOSUL intensificou as relações de paz e cooperação que predominam no Cone Sul e permitiu o aprofundamento de nossos laços políticos, econômicos e sociais. Contribuiu para fortalecer a democracia e permitiu que conhecessem melhor nossos vizinhos e sejamos mais conhecidos por eles” (PATRIOTA, 2012, p.134).

Fazendo um balanço das perspectivas desde 2003 até 2014 sobre influência da política externa brasileira e Argentina para o MERCOSUL, analisamos que as ações sociais promovidas ao decorrer de cada mandato foram preparadas pelas demandas sociais internas e de atores para que propusessem ter um espaço institucional dentro do bloco, fazendo com que a sociedade apoiasse o MERCOSUL, porém, para que seja o “MERCOSUL dos povos” compreendesse que era necessário incluir temas como políticas sociais, educação, saúde, trabalho e migração justamente o que foi tentado desde o início, havendo falhas ou não, o bloco serviu para aproximar os países da América do Sul, fazendo com que houvesse uma integração mais sólida.

Após vinte e cinco anos da assinatura do MERCOSUL, as assimetrias históricas e as estruturais institucionais ligadas ao uma realidade incontornável do bloco, continuam afetando suas estruturas internas, dificultando assim o processo regional. Apesar disso, percebe-se que as perspectivas brasileiras foram alcançadas com algum êxito, suas participações nas atividades intensivas em capital foram protagonistas no Cone Sul, tendo também aumentado

os termos industriais do país, além disso, o Brasil alcançou nos últimos anos uma inserção internacional colateralmente na região e tornou-se mais vasta a sua importância dentro do Cone Sul. De acordo com Simonetti (2006), só entre 2002 e 2005 empresas brasileiras investiram cerca de US\$ 5,1 bilhões na Argentina, quase o triplo do que ocorreu durante toda a década de 1990. Com Dilma Rousseff no início de 2011, os interesses eram mútuos com a política externa de Lula com precedente e preferência depositada na Argentina (LINS, 2013), contudo, o ambiente em que a presidente encontrava-se, não era favorável e trazia recorrentes dúvidas internas no bloco, eram com relação às medidas protecionistas, com reflexos diatômicos no comércio Brasil e Argentina.

O MERCOSUL como foi um projeto relevante na política externa da Argentina, tratando-se não apenas da criação de um espaço progressista liberalizado no comércio, mas sim da maneira que as negociações ao longo dos anos foram sendo positivas com relação aos dois países, os pilares fundamentais para manter o bloco em ativa com marcos de cooperação. Sobre isso, Pereira analisa:

A maior prova da estatura que o MERCOSUL adquiriu para a Argentina está na resiliência do bloco às mudanças políticas e crises econômicas que atravessaram o país. Episódios como a desvalorização do real em 1999 e os contenciosos comerciais com o Brasil demarcam dificuldades do avanço do processo, mas não se traduziram em tentativas concretas de eliminar o bloco; ao contrário, na sequência desses eventos o que se registra é tentativas de “relançamento”, “aprofundamento” ou de buscar dar maior “sinceridade” ao bloco, para usar os termos correntes no país. Com efeito, os ajustes que a política externa argentina sofreu nesse ínterim, muitas vezes mais retóricos que substantivos, não demoveram o MERCOSUL da posição de espaço essencial para a projeção de interesses e objetivos do país. Nos casos dos governos da Aliança (1999-2001) e do kirchnerismo (2003-2015) essa conexão é mais imediata porque foram momentos de reforço do conteúdo mercosulino da política externa (PEREIRA, 2016).

Além dos ganhos internos com o bloco pelo programa de recuperação econômica do país, o MERCOSUL atribui forças para articular a política externa sobre inserção internacional Argentina, entretanto, “é nos momentos em que a orientação geral do governo relativizava o papel do Cone Sul e atribuía maior peso às alianças extrarregionais que se percebe como o bloco adquiriu relevância” (PEREIRA, 2016). Sendo assim, tanto Brasil quanto a Argentina fazem a diferença dentro do bloco, isso é percebido pela estatística econômica crescente, na qual o bloco vem passando, além de um caráter totalmente aperfeiçoado nas temáticas sociais, que deram resultados de criação no âmbito das faculdades, saúde e educação.

Apesar disso, não podemos deixar de colocar as ameaças que o bloco sofreu e vem sofrendo, isso comprova-se pelo fato do MERCOSUL possuir mútuas magnitudes e na compostura da estruturação produtiva, populacional e tamanho, assim como, “cada um de seus membros pratica suas políticas econômicas com o objetivo de combater problemas internos, mas sem coordenação com os demais países do bloco” (FEISTEL, 2004, p.4). Mesmo com os defeitos de execução de algumas propostas e problemas internos de imperfeições no âmbito econômico e político, ao agir como relação aos demais membros, voltando suas perspectivas para seus vizinhos na busca de novos parceiros comerciais.

Por conta disso, as principais perspectivas a cerca do que se esperava do bloco foi concretizada com êxito, houve, além disso, um reforço na aproximação entre os países, concretização do livre comércio intrabloco e a união aduaneira, garantida para desenvolver o comércio, não ausentando ainda o protagonismo do MERCOSUL na inserção internacional com acordos com a União Europeia. As crises e o enfraquecimento do MERCOSUL fizeram os países refletirem sobre sua importância na política externa de cada Estado membro, inclusive do Brasil e da Argentina, isso por conta de cada crise ou abalo do bloco, maior seria a dificuldade dos países sul americanos frente aos acordos de livre comércio no aparato internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como fio condutor o questionamento de quais eram as principais consequências da política externa do Brasil e da Argentina para o MERCOSUL, durante o período de 2003 a 2014. Tendo como hipótese de que as principais causas estão ligadas a uma revisão do processo da integração regional adotada pelos presidentes Lula e Néstor e de seguimento com suas sucessoras Dilma e Cristina, levando novas pautas para agenda externa do MERCOSUL. A hipótese do trabalho conclui-se com a afirmação de que as causas estão ligadas ao processo regional.

No primeiro capítulo concluímos que o processo sofreu alterações durante a segunda metade do século XX, devido à mudança de cenário e do surgimento de novos atores, isso acabou refletindo no modo como os governos trabalharam a integração com seus vizinhos. No século XIX, a integração era comumente efetuada através do comércio, isso por que seu surgimento foi na Europa com base nos preceitos protecionistas e destacado por duas das grandes teorias integracionistas, o neofuncionalismo e intergovernamentalismo.

Dentro da América do Sul, notamos uma falta de estudos associada a um otimismo de que o modelo integrado fosse ter êxito. A ideia inicial da CEPAL em 1950 era trabalhar para que as economias sul-americanas fossem atreladas as demais, contudo, os países não estavam preparados para assumir tal procedimento, o que acabou acarretando no esgotamento da ALALC. No século XIX, o surgimento de novas correntes fez com que se pensasse em uma integração com novos temas e novos atores, a falta de base e de aspectos teóricos que conseguissem auxiliar no processo regional.

A criação do MERCOSUL foi um marco para o Brasil e Argentina, porém o cenário comercial deu ao bloco um teor econômico, suas pautas eram baseadas nos acordos macroeconômicos, afetando no desenvolvimento de novas diretrizes do MERCOSUL e suas diretrizes. Em 2002 a 2003, a vinculação com o comércio fez com que o bloco entrasse em crise, afetando o comércio interno, apesar disso, a parte institucional não foi modificada. Os dados mostrados no trabalho referentes ao turismo, ao setor social e comercial foram utilizados para explicar que apesar da crise, o bloco teve resultados positivos.

O trabalho apresentou três objetivos a ser atingidos, o primeiro era evidenciar as principais características de cada governo no âmbito interno-externo que pudessem afetar o bloco durante o marco temporal escolhido (2003-2014), assim o primeiro capítulo mostrou-se como uma parte introdutória para nosso primeiro objetivo, sendo resolvido no segundo capítulo, que apresentamos ações desenvolvidas de cada governo. No que tange ao governo

Lula e Néstor, verificamos que a política externa foi conduzida pela nova revisão do processo regional, Lula preocupava-se em assegurar a aliança com seus vizinhos, já o presidente argentino demonstrava desconfiança em relação ao Brasil.

O início da integração do bloco foi difícil para ambos os países, entretanto, Lula demonstrava a importância da cooperação, fazendo com que o MERCOSUL ganhasse novos temas, além da economia. Lula tinha uma política externa mais ativa, pelo fato dos encontros e acordos diversificados que o presidente conseguiu ao longo do seu mandato e ativa por conta de nenhum outro presidente brasileiro conseguir manejar e desenvolver a política externa como ele. Enquanto Néstor precisava recuperar-se da crise Argentina, isso fez com que sua política externa fosse deixada de lado, assumindo um caráter de retração, porém, a saída para conseguir recuperar-se da crise era a cooperação com o Brasil e o MERCOSUL, fazendo com que aceitasse a ajuda de Lula e retomasse o bloco novamente. Então concluímos que as características envolvendo os dois presidentes afetaram positivamente o bloco, resultando em novas temáticas dentro das reuniões do MERCOSUL.

As características de Dilma e Cristina não se afastam dos seus anteriores. Dilma seguiu com uma revisão institucional, atuação nos fóruns multilaterais, autodeterminando-se como representante dos países do Sul e a pró-atividade sul-americana, contudo, a política de assumir o protagonismo da América do Sul que tínhamos com Lula, já não era mais vista com Dilma, a presidente assumiu um caráter passivo, levando a uma estagnação temporária no bloco, os dados utilizados das viagens também demonstram esse afastamento do continente, Dilma viajava com mais frequência para o Oriente Médio e Ásia. Cristina por sua vez, seguiu um estilo diferente de Dilma, assumiu desde seu primeiro mandato a parceria com o Brasil, dando maior destaque para a Venezuela, ainda assim, a crise econômica argentina incomodava a presidente, o falecimento do seu marido deu a certeza de que Cristina mudaria sua política externa, acertando sua parceria com o Brasil. A política de Cristina não estava totalmente definida, deixando por várias vezes a dúvida do que a presidente seguiria, isso também pode ser usado com relação ao MERCOSUL, sua política era perdida e sem nenhuma base precedente. Somente quando Dilma foi eleita e houve um encontro entre as duas, às negociações do bloco voltaram.

O segundo objetivo do trabalho seria identificar as propostas dos governos brasileiros e argentinos para o MERCOSUL (2003-2014), questão que foi resolvida no terceiro capítulo do trabalho. As políticas de Lula e Néstor para o bloco foram praticamente o IIRSSA e o FOCEM, destacamos essas duas políticas, por conta da atuação e do desenvolvimento que vem sendo feito até hoje.

Lula destacou em seu discurso, que o MERCOSUL era para ser político, econômico, social e cultural, foram nessas áreas que as perspectivas argentinas e brasileiras focaram apesar da política externa Argentina estar ainda atrelada aos norte americanos, até mesmo depois da saída de Néstor Kirchner, a autonomia com que a Argentina negociava com os demais lhe dava confiança no processo regional. Assim sendo, além do IIRSSA e FOCEM, o bloco desenvolveu a UNILA, uma universidade federal que abrange três países, um ganho na questão educacional, passando também a adotar a revalidação dos diplomas das demais instituições. Com Dilma e Cristina o grande avanço foi na inserção de novos membros dentro do bloco, além de seguirem as negociações deixadas pelos seus antecessores, fortalecendo assim o bloco. O último objetivo desse trabalho era analisar se houve alterações ou continuidade na agenda externa do bloco durante o período de 2003-2014, nesse mesmo capítulo conseguimos verificar que houve mais continuidade do que alterações, pelo fato dos presidentes serem ambos de partidos de esquerda, somente notamos a postura de Dilma com relação ao bloco, uma postura mais fria e distante se comparado com a de Lula, porém, a presidente deu continuidade nos projetos formulados por ele.

Finalizando a hipótese, ressalto que os resultados obtidos foram positivos, apesar disso, quando começamos executando o trabalho, pensemos em um MERCOSUL qualificado, coeso e sem problemas, entretanto, o trabalho nos mostra que o bloco precisa avançar mais, são necessárias políticas e ações mais integradas e que apesar dos comparativos com a União Europeia serem irrealistas, o MERCOSUL pode ser sim um grande projeto, muito além do econômico. O trabalho serviu para o conhecimento dos nossos direitos como cidadãos mercosulinos, apesar de não trazer em profundidade as leis que nos amparam, nos dedicamos a cita-las.

Pensando em política externa de 2016 até 2018, decorre uma enorme frustração ao nos depararmos com uma provável estagnação do MERCOSUL, não percebemos possíveis avanços, consequência do cenário político em que vivemos. Tanto do lado argentino com o atual presidente Mauricio Macri, como do lado brasileiro com o presidente Michel Temer, há a retomada de uma política de viés neoliberal em detrimento às políticas que marcaram o decênio anterior. Talvez o bloco não tenha os avanços previstos em suas negociações, ao contrário ocorrendo um enfraquecimento do MERCOSUL no cenário regional, como também no internacional. O recrudescimento do discurso com parceiros com governos de esquerda, como a Venezuela, dão o tom de possíveis embates diplomáticos intrabloco, isolamento e até a possibilidade de exclusão do atual parceiro, o que poderia ocasionar entraves nas futuras negociações e paralisando o desenvolvimento regional. Apesar das perspectivas presentes no

cenário atual, o MERCOSUL foi demonstrado através desse trabalho como algo a se pensar e estudar.

6 REFERÊNCIAS

AGNOL, F. D. Gustavo. **Uma análise paradigmática da política externa brasileira (1995-2010)**. Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS, 2013. Disponível em <<http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-do-Gustavo-Fornari.pdf>>Acessado em: 12 Out. 2016

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 2 de janeiro de 2003. Disponível em:<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/030106/discurso_de_posserelacoes_exteriores.doc> Acesso em: 20 Set. 2016

ALLENDE, A. Rafael; GRANATO, Leonardo. **A política externa dos governos Kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL**. Porto Alegre, V. 4, Nº2, Jul-Dez 2013. Disponível em < <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXV%20CAD/Bibliografia/Rela%C3%A7%C3%B5es%20com%20a%20Argentina/GRANATO%3B%20Allende.pdf> > Acessado em: 14 Set. 2016

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005

ALMEIDA, F. Daniel. **Etapas de integração regional nos blocos econômicos**, 2004. Disponível em: <<http://www.lawinter.com/irelations1.pdf> > Acessado em: 12 Mar. 2016

ALMEIDA, R. Paulo. **O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações**, 2011. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>> Acessado em: 13 Mar. 2016

BALZE, Felipe. **La política exterior de los gobiernos Kirchner (2003-2009)**. 2010. Disponível em< > Acessado em: 12 Out. 2016

BBC BRASIL. **Saiba o que é a Comunidade Sul-Americana de Nações**, 2006. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/12/061208_casa_faq_dg.shtm>Acessado em: 12 Set. 2016

BRAGA, B. Márcio. **Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL**. 2013. Disponível em <http://www.usp.br/prolam/downloads/2001_01_01.pdf > Acessado em 12 Ago. 2016

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**, 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 12 Mai. 2016

_____. **Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo - 2003 a 2010**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, p. 64, 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-depolitica-externa-2003->

2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-e-de-chefes-de-governo-2003-a-2010/view>. Acesso em: 5 Mai. 2016

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. In: no Brasil: da teoria à prática, São Paulo: saraiva, 2008.

_____; LESSA, Antonio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi57-02-00133.pdf> > Acesso em: 23 Mar. 2016

CEPAL. **Integração regional: por uma estratégia de cadeias de valor inclusivas**. Santiago, 2014, p. 103-119. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/52743/Integracaoregional.pdf>> Acessado em: 12 Ago. 2016

CEPIK, Marco; SILVA, P. Natasha. **A política de integração regional da Argentina na era Kirchner**. Rev. Conjuntura Austral, Dez. 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_20.pdf> Acessado em: 12 Abr. 2016

CORAZZA, Gentil. **Integração e Nacionalismo na América Latina: o caso do MERCOSUL**. 2010, p. 1-17. Disponível em <<http://www.madres.org/documentos/doc20100924142559.pdf> > Acessado em 12 Out. 2016

CORRÊA, DE A. Giuliana. **O desafio sul-americano sob a perspectiva brasileira: integração para desenvolvimento regional**. Brasília, 2010. Disponível em <<http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1727/8/Giuliana%20de%20Abreu%20Correa.pdf> > Acessado em: 12 Ago. 2016

COURNETET, M. João. **A política externa de Dilma Rousseff: Contenção na continuidade**. Rev. Conjuntura Austral, Vol. 5, nº. 24, Jun. Jul. 2014, p. 111-143. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628/30012> > Acessado em: 11 Ago. 2016

DATHEIN, Ricardo. **MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente**. Curitiba, ed. UFPR, v. 31 n. 1(29), jan./jun. 2012. p 4-40. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/5026/3796>> Acessado em: 12 Out. 2016

_____; **A integração latino-americana sob a perspectiva do desenvolvimento econômico**. 2000, p. 2-14. Disponível <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10880/6470> > Acessado 15 Ago. 2016

DIAS, M. Guilherme; GONÇALVES, N. I. Cristina. **Uma análise da política externa brasileira no governo Lula da Silva e Dilma Rousseff**. XVII Encontro de História da ANPUH-Rio Mudanças e continuidades, 2016, p. 1-10. Disponível em <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465672932_ARQUIVO_Artigo_ANPUH.pdf> Acessado em: 23 Ago. 2016

FEISTEL, R. Paulo. **Uma análise da formação e do futuro do MERCOSUL**. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 16, 2004, p. 4-24. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/viewFile/3444/pdf>> Acessado em: 24 Out. 2016

FERREIRA, B. F. Bruna. **Diplomacia cultural brasileira para o MERCOSUL: avanços e desafios no governo Lula**. Anais Eletrônicos do SIMPORI 2015, São Paulo, 09 a 12 de novembro de 2015. Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/images/simposio/artigos2015/BRITO_Diplomacia.pdf> Acessado em: 13 Set. 2016

_____; **Diplomacia cultural brasileira para o MERCOSUL: avanços e desafios no governo Lula**. SIMPORI, São Paulo, 9-12 Nov., 2015, p. 1-17. Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/images/simposio/artigos2015/BRITO_Diplomacia.pdf> Acessado em: 12 Set. 2016

FIGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100723022522/filgueiras.pdf>>. Acessado em: 1 Jun. 2016

FIGUEIREDO, Janaína. **O estilo K e a política argentina. Análise de Conjuntura OPSA**. Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-15. Disponível em <<http://observatorio.iuperj.br/analises.php>> Acesso em: 12 Out. 2016

GALDIOLI, Andreza; SENHORA, Martins. **Da primeira marcha a marcha ré: prognósticos de uma agenda de integração regional de Brasil e Argentina no MERCOSUL**. Rev. Internacional Interdisciplinar Interthesis, Florianópolis, Vol. 2, N. 2, Jul-Dez, 2006, p. 2-19. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/813/10837>> Acessado em: 11 Ago. 2016

GARCIA, A.C. Oscar. **As Perspectivas Diplomáticas do Governo Dilma**. 2014, p. 1-12. Disponível em <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_23_1359059952.pdf> Acessado em 24 Ago. 2016

GIACALONE, Rita. **La integracion regional em la historia**. Conferencia Inaugural en el Congreso de Historia Regional y Local, San Cristóbal, Venezuela, 2002, p. 1-15. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org/BDA/docs/VE-INT-0003.pdf>> Acessado em: 12 Jun. 2016

GILPIN, Robert (autor); BUENO, Guilherme (org.). **As teorias da integração**. 2001. Disponível em <<https://relacoesinternacionais.com.br/robert-gilpin-teorias-da-integracao/>> Acessado em: 12 Jul. 2016

GRANATO, Leonardo. **A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2014)**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/Leonardo_Granato_-_Tesis_doctoral.pdf> Acessado em: 29 Set. 2016

GONÇALVES, B. José; LYRIO, C. Mauricio. **Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, Estado atual e perspectivas**. CEBRI, Rio de Janeiro, Vol. 2,

2003, p. 5-25. Disponível em <<http://www19.iadb.org/intal/intalcldi/PE/2008/02029.pdf>> Acessado em: 12 Set. 2016

_____. **O Mercosul e a questão do desenvolvimento regional.** In: MALLMANN, M. Izabel; RESENDE, Erica Simone Almeida (Orgs.). Mercosul 21 anos: maioridade ou imaturidade? Curitiba, 2013, p. 33-60. Disponível em <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_AMalamud_Interdependencia_CLI.pdf> Acessado em: 12 Out. 2016

HASS, B. Ernst. **International Integration: the European and the Universal Process.** International Organization, vol. 15, 1961, p. 366-392. Disponível em <http://www.lsu.edu/faculty/lray2/teaching/7971_1s2009/haas1961.pdf> Acessado em: 12 Jul. 2016

_____; **The Study of Regional Integration: reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing.** 1970, p. 606-646. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/the-study-of-regional-integration-reflections-on-the-joy-and-anguish-of-pretheorizing/250BBD87AF3249FC8A8280A58EFDA6BF>> Acessado em: 12 Jul. 2016

HEZ, Mônica; HOFFMAN, R. Andrea. **Organizações internacionais: história e práticas.** In: integração regional. Rio de Janeiro, ed. Elsevier, 2004, p. 167-223

HOFFMAN, R. Andrea; COUTINHO, Marcelo; KFURI, Regina. **Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul.** Rev. Bras. Polít. Int., 2008, p. 98-116. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a07.pdf>> Acessado em: 15 Set. 2016

ITAMARATY. Disponível em: < www.itamaraty.gov.br > Acesso em: 20 Set. 2016

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Poder e interdependência: a política mundial em transición.** [S.I]: Grupo Editor Latinoamericano, 1981. P.105. Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/237539279/KEOHANE-R-Nye-J-Poder-e-Interdependencia-Capitulo-1-La-Interdependencia-en-La-Politica-Mundial-GEL-Buenos-Aires-1988-p-15-38>> Acessado em: 12 Ago. 2016

KIRCHNER, C. Fernanda. **Discurso de la Presidenta de la Nación, Cristina Fernández de Kirchner, en el Acto de Asunción del mando en el Congreso de la Nación ante la Asamblea Legislativa.** 2007. Disponível em: <www.presidencia.gov.ar> Acessado em: 5 Mai. 2016

KIRCHNER, Néstor. **Mensaje Presidencial del Dr. D. Néstor Carlos Kirchner a la Honorable Asamblea Legislativa,** 25 de mayo de 2003. Disponível em: <<http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/dip/publicacion/2003.pdf>>. Acessado em: 04 Set. 2016

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2009

LESSA, L. Mônica; SARAIVA, G. Miriam; MAPA, M. Dhiego. MILANI, R.S. Carlos (org.). **Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma**

diplomacia. In: Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2011, p. 95- 120

LOBO-FERNANDES, Luiz. **Da integração à Governação Europeia: Portugal, Europeização e o Carácter Multi-Sistêmico da EU.** Nação e Defesa, 2006. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1088/1/NeD115_LuisLoboFernandes.pdf> Acessado em 6 Ago. 2016

LIMA, R.S. Maria. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** Rev. Bras. Polít. Int., 2005, p. 24-59. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf> > Acessado em 30 Set. 2016

LINS, N. Hoyêdo. **Vinte anos de MERCOSUL.** Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 34, p. 89-121, fevereiro 2013, p. 80-121. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4Q6PQkkV7LEJ:revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/download/4/77+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acessado em: 16 Ago.2016

MACHADO, E. S. Maria. **MERCOSUL e o Brasil: Breve Análise sobre a Inserção do Brasil no Cenário Internacional sob o Aspecto Multilateral e sob o Aspecto Bilateral.** Brasília, 2014, p.1-30. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8363/1/2014_MariaEduardadeSerraMachado.pdf> Acessado em: 13 Set. 2016

MALAMUD, Andrés. **Integração Regional na América Latina: Teorias e Instituições Comparadas.** In: ESTEVES, Paulo (ed). Instituições Internacionais Comparadas: segurança, comércio e integração. Belo Horizonte: PUC-MINAS, 2003. Disponível em <<http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/40865.pdf>> Acessado em 6 Ago. 2016

_____. **Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional.** Nº 2, 2011, p. 1-30. Disponível em <<http://www.scielo.org.mx/pdf/namerica/v6n2/v6n2a8.pdf>> Acessado em 2 Jun. 2016

_____. **Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for A Successful Experience.** In: LAURSEN, Finn (ed). Comparative Regional Integration: theoretical Perspectives. 2000. Disponível em <[http://apps.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Presidentialism_and_Mercosur_\(Laursen_book\).pdf](http://apps.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Presidentialism_and_Mercosur_(Laursen_book).pdf)> Acessado em: 12 Jul. 2016

MARIANO, P. Marcelo. **Mercosul: Criação, Problemas e Perspectivas.** 2006. Disponível em: <<http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/ModuloI-versaoportugues.pdf>>. Acessado em: 09 Set. 2016

_____; MARIANO, I.P. Karina. **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais.** São Paulo, 2002, p. 48-69. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/39-71> > Acessado em: 12 Set. 2016

MERCOSUL. Disponível em: <www.mercosur.org.uy>. Acesso em: 12 Set. 2016.

_____. **Tratado de Assunção.** Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4002/1/tratado_de_asuncion_pt.pdf>. Acessado em: 10 Out. 2016

_____. **CMC/DEC.** Nº 03/07. Instituto Social do MERCOSUL. Disponível em <www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec0307p.pdf>. Acessado em: 10 Out. 2016

MEZA, B. Raúl. **Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)**. Rev. Bras. Polít. Int., 2008, p.154-178. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a02v45n1.pdf>> Acessado em: 13 Mar. 2016

MILANI, R.S. Carlos (autor); MILANI, R.S. Carlos (org.). **Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos.** In: Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2011, p. 33-70.

MORAVCSIK, A. **The Choice of Europe: Social Purpose and State Power from Messina and Maastricht.** Cornell, 1993. Disponível em <<https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/ejpp.pdf>> Acessado em: 12 Ago. 2016

MOREIRA, S. Cássio. **A integração regional como resposta ao processo de globalização.** Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243, jan./jun. 2010 215-245. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:s4dGOeEEQXcJ:seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/download/56/26+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acessado em: 12 Jul. 2016

MOREIRA, F. V. Luiz; QUINTEROS, M. Cristina; SILVA, L. R. André. **As Relações Internacionais da América Latina.** Petrópolis, RJ, 2010. P.383-390

MYIAMOTO, Shiguenoli. **As grandes linhas da política externa brasileira.** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9745 > Acesso em: 5 Mai. 2016

NETO, DE S. Marcondes (autora); PAULA, Marilene (org.). **A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e ligações para a inserção do Brasil no mundo.** In: Nunca antes na história desse país. Fundação Heinrich, Rio de Janeiro, 2011, p.99-115. Disponível em < http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Livro_Lula_Internet_7.pdf > Acessado em: 12 Out. 2016

NOGUEIRA, P. João; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OCCHI, Guilherme; SIMÃO, R. F. Ana. **O Brasil, o MERCOSUL e as relações sul-sul: um estudo de política externa (2003-2013).** Anais do 3º Seminário de Iniciação Científica da ESPM, São Paulo, 31 Out. 2014, p.2-14. Disponível em <http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/artigo_guilhermeocchi_sul2.pdf> Acessado em: 12 Ago. 2016

OLIVEIRA, DE Z. Guilherme; SILVEIRA, DA L. Isadora. **De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na política externa brasileira para a América do Sul?**. *Rev. de Estudos Inter. (REI)*, Vol. 6, 2015, p. 134-159. Disponível em <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/213>> Acessado em: 30 Out. 2016

ONUKEI, Janina. BOLLIN, F. Peter (org). **O Brasil no contexto político regional**. In: *Interesses comerciais brasileiros na América do Sul. Cadernos ADENAUER*, São Paulo, Vol. XI, p. 82-89. Disponível em <http://www.kas.de/wf/doc/kas_21737-1522-5-30.pdf?110126203118> Acessado em 4 Ago. 2016

PRADO, C.D. Luiz. **MERCOSUL como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento**. Porto Alegre, v.18, n.1, 1997, p. 276-299. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1891/2265>> Acessado em: 13 Jul. 2016

PECEQUILO, S. Cristina. **Política Internacional**. FUNAG, Brasília, 2012, p. 214-221. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/1004-Manual_do_Candidato_-_Politica_Internacional.pdf> Acessado em: 24 Ago. 2016

PEREIRA, O. Matheus. **Os vinte e cinco anos do MERCOSUL**. UnespCiência, 2016. Disponível em <http://www.unesp-ciencia.com.br/pdf/uc78/UC78_pg38-39_Mercosul_02.pdf> Acessado em: 24 Out. 2016

PINHEIRO, Leticia; BESHARA, Gregory (autores); MILANI, R.S. Carlos (org.). **Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional**. In: *Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2011, p. 149-180

PROGRAMA DE GOVERNO. 2014, p.1-42. Disponível em <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>> Acessado em: 1 Ago. 2016

PUTMAN, D. Robert. **Diplomacia e política doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, jun.2010, p. 147-174. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/10.pdf>> Acessado em: 10 Abr. 2016

RAMINA, O. L. Larissa. **O MERCOSUL como projeto de integração regional: resultados, perspectivas e desafios**. 2014. Disponível em <http://www.repozytorium.uni.wroc.pl/Content/71664/13_Larissa_Liz_Odreski_Ramina.pdf> Acessado em: 12 Out. 2016

ROSENAU, N. James. **The premises and promises of decision-making analysis**, 1986. Disponível em <<https://www.acsu.buffalo.edu/~fczagare/PSC%20504/Rosenau.pdf>> Acessado em: 12 Ago. 2016

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Declaração da Presidente, Dilma Vana Rousseff, em conjunto com Cristina Kirchner durante visita oficial à Argentina**, em 31 de janeiro de 2011c. Disponível em: <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas->

aimprensa/declaracao-conjunta-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-arepublica-argentina-2013-buenos-aires-31-de-janeiro-de-2011 > Acesso em: 20 Set. 2016

_____. **Discurso da Presidente, Dilma Vana Rousseff, durante a reunião da XLVI Cúpula do MERCOSUL**, em 29 de julho de 2014e. Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5880:discurs-o-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-plenaria-da-46-cupula-domercosul-caracas-venezuela-29-de-julho-de-2014&catid=197&lang=pt-BR&Itemid=448 > Acesso em: 20 Set. 2014

RUIZ, B. José. **O MERCOSUL: reflexões sobre a Crise de seu Modelo de Integração e seu Relançamento**. Cadernos PROLAM/USP, ano 6, vol. 1, 2007, p. 187 – 209. Disponível em <http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_1_8.pdf> Acessado em: 13 Ago. 2016

SALCEDO, R. Santiago. **Análisis de la incidencia de la política exterior de Argentina em el proceso de integración sub-regional em MERCOSUL, período 2003-2011**. Monografia, 2013, Bogotá. Disponível em: <<http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/4488/1032411760-2013.pdf?sequence=1>> Acessado em: 11 Mai. 2016

SARFATI, G. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível em<http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf> Acessado em: 13 Out. 2016

SARAIVA, G. Miriam; VALENÇA, M. Marcelo. **A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade**. CEBRI, Rio de Janeiro, Vol. 1, Ano VII, 2012. Disponível em <http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf> Acessado em: 9 Ago. 2016

_____. **Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** 2014, p. 25-35. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n44/n44a03.pdf>> Acessado em: 1 Ago. 2016

_____. **Argentina e Brasil frente ao MERCOSUL: desencontros e diferenças de perspectivas**. 2009, p. 1-18. Disponível em <<http://ojs.econ.uba.ar/ojs/index.php/LATSUR/article/view/602> > Acessado em: 23 Set. 2016

SERRANO, O. Lorena. **Sobre la naturaleza de la integración regional : teoría S y debates**. Rev. de ciência política, Chile, vol. 28, nº 3, 2008, p. 95 – 113. Disponível em<http://www7.uc.cl/icp/revista/pdf/rev283/04_vol_28_3.pdf> Acessado em: 2 Ago. 2016

SILVA, L. C. Vera. **O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011)**, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKgKX4j4_MAhWDEpAKHdl9CWMQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.unb.br%2Findex.php%2FMED%2Farticle%2Fdownload%2F5604%2F5144&usg=AFQjCNFuCy6wrULMgfY6vibnssmhJaJROA&sig2=jqEelNLIUBA8zRTN4agP3g> Acessado em: 12 Fev. 2016

_____. **Uma análise da política externa Argentina de 1983 a 2007: ideais, crenças e percepções.** *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, n. 9, 2009, p. 97-122. Disponível em < <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/viewFile/274/246> > Acessado em: 30 Set. 2016

SILVA, O. Aline. **MERCOSUL, política de regionalização no continente sul- americano: avanços e impasses.** XI- encontro nacional da ANPEGE. 9 a 12 Out. 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/16/467.pdf>> Acessado em: 12 Abr. 2016

SILVA, L.R. André. **Análise de política externa: a inserção estratégica do Brasil e as novas potências emergentes,** 2014. Disponível em<<http://www.ufrgs.br/ppgeei/arquivos/EEI13AndreReisInseroEstratgicadoBrasil.pdf>>Acessado em: 16 Out. 2016

SILVA, I. L. Luiz. **Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** FUNAG, Brasília, 2005, p.19. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_seleccionados_lula.pdf>Acessado em: 12 Ago. 2016

_____. **Discurso de posse - 1º mandato.** 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-dasilva/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acessado em: 08 Set. 2016

_____. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do MERCOSUL.** Córdoba, Argentina. 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursosartigosentrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-darepublica-federativa-dobrasil/39557329298-discursodopresidente-da-republica-luiz-inacio>>. Acessado em: 08 Set. 2016

SIMÃO, R.F. Ana. **A política externa e o MERCOSUL nas eleições presidenciais de 2014.** *Revista Conjuntura Austral*, Vol. 5, nº. 25, Ago. Set. 2014, p. 44-54. Disponível em <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1438858870.pdf>>Acessado em: 20 Ago. 2016

SIMONETTI, F. **Brasil Argentina.** Página/12, 2006. Disponível em <www.pagina12.com.ar> Acesso: 12 Set. 2016

SIMONOFF, Alejandro. **Seis claves explicativas para la política exterior argentina durante el primer mandato de Cristina Fernández (2007-2011).** VI Congreso de Relaciones Internacionales, 21, 22 y 23 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/viewFile/709/599> > Acessado em: 10 Mar. 2016

_____. **Análisis estructural de la estrategia de inserción internacional del primer gobierno de Cristina Fernández (2007-2011),** 2013. Disponível em <<http://www.revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/viewFile/709/599>>Acessado em: 12 Ago. 2016

SITE G20, **sobre G20,** 2015. Disponível em <http://www.g20.org/English/aboutg20/AboutG20/201511/t20151127_1609.html>Acessado em: 12 Set. 2016

VADELL, Javier. **A Argentina de Kirchner,** jul., 2015, p. 2-6. Disponível em <http://ws3.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050801094426.pdf?PHPSESSID=335d2bf8756e6d66e7b762026b6183f4 > Acessado em: 14 Set. 2016

_____; BOLLIN, F. Peter (org). **O Brasil no contexto político regional**. In: Brasil e Argentina nos labirintos da integração sul-americana no século XXI. Cadernos ADENAUER, São Paulo, Vol. XI, p. 82-89, 2010. Disponível em: < http://www.kas.de/wf/doc/kas_21737-1522-5-30.pdf?110126203118> Acessado em: 9 Mai. 2016

VEIGA; Pedro; RÍOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/30045/S82CI_L2776e_P_Oregionalismo_pos_liberal_America_do_Sul.pdf>. Acessado em 10/02/2014

VIEIRA, Mauro. **O legado do MERCOSUL, 25 anos após sua criação**. Clarin, 2014. Disponível em < http://www.clarin.com/br/legado-Mercosul-anos-apos-criacao_0_1549645159.html> Acessado em: 24 Out. 2016.

VINHA, Luís; FREIRE, M. Raquel (org). **Política externa: modelos, actores, dinâmicas**. In: as Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 13-54. Disponível em: <https://www.academia.edu/727495/Pol%C3%ADtica_externa_modelos_actores_e_din%C3%A2micas> Acessado em: 10 Mai 2016

VIGEVANI, Tullo. **Relações Brasil–Estados Unidos**. Mimeo. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20914> Acesso em: 22 Set. 2016

_____; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>> Acesso em: 22 de Set. 2016

VISENTINI, G. F. Paulo. **O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases**. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiNmOHbKI_MAhXEhJAKHeGID_EQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.fee.tche.br%2Findex.php%2Fensaios%2Farticle%2Fdownload%2F1941%2F2316&usq=AFQjCNFcMEeTeh-_uzX2znrnB_2GKK1j1w&sig2=evpBGjmRDaBKDAcM3Sj0A> Acessado em: 11 Abr. 2016

VISENTINI, P. **Itamaraty: crise na política externa ou disputa interna?** Jornal da universidade, n. 165, Porto Alegre, Nov. 2013. Disponível em<https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_165_-_novembro_2013/10>Acessado em: 22 Out. 2016